

# Defesa

## Liberdade de Imprensa em tempos de tensão e Conflito



Relatório anual  
pelas organizações parceiras da  
Plataforma do Conselho da Europa  
para Promover a Proteção do Jornalismo e a  
Segurança dos Jornalistas

2022

**Defesa**  
**Liberdade de Imprensa**  
**em tempos de tensão**  
**e Conflito**

Relatório Anual 2022  
pelas organizações parceiras da  
Plataforma do Conselho da Europa para  
Promover a Proteção do Jornalismo e a  
Segurança dos Jornalistas

As opiniões expressas neste trabalho são da responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a política oficial do Conselho da Europa.

Todos os pedidos relativos à reprodução ou tradução de todo ou parte deste documento devem ser endereçados para a Diretoria de Comunicação

(F-67075 Estrasburgo Cedex ou  
Publishing@coe.int).

Todas as demais correspondências relativas a este documento deverão ser dirigidas à Secretaria da Plataforma de Segurança dos Jornalistas (mediafreedom@coe.int).

Capa e layout:  
Documentos e Publicações  
Departamento de Produção (SPDP),  
Conselho da Europa.

Esta publicação não foi editada pela Unidade Editorial do SPDP para corrigir erros tipográficos e gramaticais.

Ilustração da capa:  
©4.murat Shutterstock

©Plataforma para Promover a Proteção do  
Jornalismo e a Segurança dos Jornalistas /  
Conselho da Europa, abril de 2022.  
Impresso no Conselho da Europa.

Relatório escrito pelas organizações parceiras da Plataforma do Conselho da Europa para Promover a Proteção do Jornalismo e a Segurança dos Jornalistas.

Coordenação editorial:

**Jean-Paul Marthoz**



Ilustrações:

**Caricaturas pela Paz**

A associação Cartooning for Peace foi criada em 2006 por iniciativa de Kofi Annan, Prêmio Nobel da Paz e ex-Secretário Geral das Nações Unidas e cartunista de imprensa Plantu. Agora presidido pelo cartunista da imprensa francesa Kak, o Cartooning for Peace é um evento internacional rede de cartunistas comprometidos à promoção da liberdade de expressão, dos direitos humanos e do respeito mútuo entre pessoas que defendem diferentes culturas e crenças, utilizando a linguagem universal dos cartoons da imprensa.

# Conteúdo

---

|  |           |
|--|-----------|
| <b>ATUALIZAÇÃO: INVASÃO DA UCRÂNIA PELA FEDERAÇÃO RUSSA E SEUS IMPACTO NA LIBERDADE DE MÍDIA</b> | <b>5</b>  |
| <b>INTRODUÇÃO</b>  | <b>10</b> |
| Visão geral dos alertas e fontes de grande preocupação em 2021                                   | 15        |
| <b>RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES</b>  | <b>30</b> |
| <b>SEÇÕES TEMÁTICAS</b>  | <b>33</b> |
| Ataques à segurança física e à integridade dos jornalistas                                       | 33        |
| Desenvolvimentos em relação aos casos de impunidade na Europa                                    | 36        |
| Restrições relacionadas à Covid-19   | 40        |
| Detenções, prisões e processos criminais   | 43        |
| SLAPPs e ações judiciais por difamação   | 48        |
| Legislação restritiva  | 50        |
| Restrições aos relatórios de áreas designadas  | 54        |
| Campanhas de assédio e difamação   | 57        |
| Mídia de serviço público   | 61        |
| Captura de mídia e concentração de propriedade   | 64        |
| Spyware Pegasus usado para atingir jornalistas na Europa   | 68        |
| Kosovo*  | 71        |
| Bielorrússia   | 73        |
| <b>SEÇÕES INSTITUCIONAIS</b>   | <b>78</b> |
| concelho Europeu   | 78        |
| União Europeia   | 79        |

## Organizações Parceiras da Plataforma para Promover a Proteção do Jornalismo e a Segurança dos Jornalistas

|  |   |
|--|---|
| The logo for the European Federation of Journalists (EFJ) features the letters 'EFJ' in a stylized, bold font, with 'European Federation of Journalists' written in smaller text below it.   | FEDERAÇÃO EUROPEIA DE JORNALISTAS <a href="http://europeanjournalists.org">http://europeanjournalists.org</a> |
| The logo for the International Federation of Journalists (IFJ) consists of the letters 'IFJ' in a bold, black font, with a red dot between the 'I' and 'F'.  | FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE JORNALISTAS <a href="http://www.ifj.org">http://www.ifj.org</a>                    |
| The logo for the European Association of Journalists (AEJ) is a blue square with a white circle in the center containing the letters 'AEJ' and a yellow star.  | ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS EUROPEUS <a href="http://www.aej.org">http://www.aej.org</a>                        |
| The logo for Article 19 is a red banner with the text 'ARTICLE 19' in white.   | ARTIGO 19.º<br><a href="http://www.article19.org">http://www.article19.org</a>                                |
| The logo for Reporters Without Borders (RSF) features the letters 'RSF' in a bold, black font, with 'REPORTERS WITHOUT BORDERS' written in smaller text below it.  | REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS <a href="https://rsf.org">https://rsf.org</a>                                       |
| The logo for the Committee for the Protection of Journalists (CPJ) features the letters 'CPJ' in a bold, black font, with a red flame-like shape above the 'J'.  | O COMITÉ DE PROTEÇÃO DE JORNALISTAS<br><a href="https://cpj.org">https://cpj.org</a>                          |
| The logo for Index on Censorship features the words 'INDEX ON CENSORSHIP' in a bold, black font, with 'A VOICE FOR THE PERSECUTED' written in smaller text below it.   | ÍNDICE DE CENSURA <a href="https://www.indexoncensorship.org">https://www.indexoncensorship.org</a>           |
| The logo for the International Press Institute (IPI) features the letters 'IPI' in a bold, black font, with 'International Press Institute' written in smaller text above it.  | INSTITUTO DE IMPRENSA INTERNACIONAL <a href="http://ipi.media/">http://ipi.media/</a>                         |
| The logo for the International Institute for News Safety (INSI) is a red square with the letters 'INSI' in white.  | INSTITUTO INTERNACIONAL DE SEGURANÇA DE NOTÍCIAS <a href="http://newssafety.org">http://newssafety.org</a>    |
| The logo for the Rory Peck Trust features a stylized camera icon with the name 'RORY PECK' written below it.   | A CONFIANÇA DE RORY PECK<br><a href="https://rorypecktrust.org">https://rorypecktrust.org</a>                 |
| The logo for the European Broadcasting Union (EBU) features the letters 'EBU' in a bold, black font, with 'CREATING EUROVISION AND EURO-RADIO' written in smaller text below it.   | A UNIÃO EUROPEIA DE TRANSMISSÃO <a href="https://www.ebu.ch">https://www.ebu.ch</a>                           |
| The logo for PEN International features the letters 'pen' in a bold, black font, with 'INTERNATIONAL' written in smaller text below it.  | PEN INTERNACIONAL <a href="http://www.pen-international.org">http://www.pen-international.org</a>             |
| The logo for the European Centre for Press and Media Freedom (ECPMF) features a blue bird icon with the text 'EUROPEAN CENTRE FOR PRESS + MEDIA FREEDOM' below it.   | CENTRO EUROPEU PARA LIBERDADE DE IMPRENSA E MÍDIA <a href="http://www.ecpmf.eu">www.ecpmf.eu</a>              |
| The logo for Free Press Unlimited features the words 'FREE PRESS UNLIMITED' in a bold, black font, with 'FREE' and 'UNLIMITED' stacked vertically.   | IMPRENSA GRATUITA ILIMITADA<br><a href="http://www.freepressunlimited.org">www.freepressunlimited.org</a>     |
| The logo for the Justice for Journalists Foundation features a red and white icon of a scale of justice, with the text 'Justice for Journalists' and 'Foundation for International Investigation of Crime against Media' below it. | FUNDAÇÃO DE JUSTIÇA PARA JORNALISTAS<br><a href="https://jfj.fund">https://jfj.fund</a>                       |

# Atualização: Invasão da Ucrânia pelos Russos

## Federação e seu impacto na liberdade da mídia

---

Este relatório foi finalizado à sombra da invasão da Ucrânia pela Federação Russa em 24 de Fevereiro de 2022. Este acto de agressão e a subsequente censura estatal generalizada de todas as reportagens verdadeiras sobre a guerra tiveram consequências dramáticas na liberdade de imprensa. As autoridades russas impuseram regras de censura draconianas, sem ter em conta as salvaguardas fundamentais da liberdade de expressão e do direito do público a ser informado, exigidas nos Estados democráticos. Em 4 de Março, a Duma (a câmara baixa da Assembleia Federal) apressou-se a aprovar uma nova lei que torna crime que jornalistas russos relatem a invasão, a destruição generalizada e a perda de vidas de civis, excepto utilizando a linguagem aprovada da propaganda estatal russa. Foi aplicada uma nova “novilíngua” orwelliana, que proíbe qualquer referência a “guerra”, “invasão” e “agressão”. Exige que os meios de comunicação social utilizem apenas os termos higiénicos “operação militar especial” para descrever os destacamentos massivos de armas pesadas da Rússia e mais de 150.000 soldados na Ucrânia. Os jornalistas que se desviem destas directivas ou sejam acusados de publicar intencionalmente o que é considerado informação “falsa”, ou de apelar a sanções contra a Rússia, estão sujeitos a penas de prisão até 15 anos.<sup>1</sup> A lei aplica-se igualmente àqueles que participam em protestos de rua e postar nas redes sociais.

Depois de anos de restrições cada vez mais severas ao abrigo de leis arbitrárias, os últimos meios de comunicação independentes restantes na Rússia foram efectivamente silenciados. A estação de rádio Echo of Moscow (Ekho Moskvyy) e Dozhd/TV Rain foram forçadas a sair do ar. Novaya Gazeta, o jornal da falecida Anna Politkovskaya (ela foi assassinada em 2006; cinco outros membros do jornal foram assassinados desde 2000) e do co-laureado do Prémio Nobel da Paz de 2021, Dmitry Muratov, foi forçado a restringir severamente sua cobertura de a guerra. Jornalistas -

---

<sup>1</sup> Reuters, “Russia fights back in information war with jail warning”, 4 de março de 2022, em: <https://www.reuters.com/world/europe/russia-introduce-jail-terms-spreading-fake-information-about-exercito-2022-03-04/>.

150 até Março de 2022 - optaram por deixar o país para escapar à repressão e continuar o seu trabalho sob céus mais livres.<sup>2</sup>

¶Muitas organizações noticiosas estrangeiras suspenderam ou reduziram as suas operações para proteger o seu pessoal.<sup>3</sup> Alguns meios de comunicação, incluindo o New York Times, retiraram os seus jornalistas do país devido à insegurança e aos riscos criados pela nova lei.<sup>4</sup>

¶O regulador russo dos meios de comunicação, Roskomnadzor, exigiu que os meios de comunicação social publicassem apenas relatórios oficiais do governo sobre a invasão e o curso da guerra e ameaçou bloqueá-los e aos seus websites se não cumprissem . Plataformas internacionais de redes sociais, como o Facebook ou o Twitter, foram total ou parcialmente bloqueadas pelas autoridades.<sup>5</sup> “Vários fornecedores de conectividade de rede – as gigantescas empresas de telecomunicações que fornecem as ligações de base entre os países e a Internet em geral – também retiraram os seus serviços da Rússia” , escreve a Columbia Journalism Review. “Removê -los significa que a Rússia está cada vez mais isolada de qualquer informação sobre a guerra que não venha de dentro do país ou da mídia estatal russa”.<sup>6</sup>

¶Num renascimento das práticas de censura estatal nos anos da Guerra Fria, o acesso a websites de emissoras estrangeiras (BBC, Voice of America, RFE/RL ou Deutsche Welle) foi bloqueado com base na “sua circulação deliberada e sistemática de materiais contendo informações falsas.”<sup>7</sup> Em reacção, a BBC reiniciou os seus serviços de rádio de ondas curtas na Ucrânia e na Rússia “para garantir que os civis em ambos os países possam aceder às notícias durante a invasão”.<sup>8</sup>

¶Através destas acções transformadoras, o panorama mediático russo foi artificialmente confinado aos meios de comunicação estatais ou amigos do Estado, que apresentam uma forma de “verdade alternativa” da guerra. Consiste numa versão completamente higienizada que exclui qualquer menção a ataques contra civis e infra-estruturas civis e enquadra o conflito como uma operação de manutenção da paz destinada a

---

2 The Moscow Times, “Mais de 150 jornalistas fogem da Rússia em meio à repressão à imprensa livre durante a guerra – Relatórios”, 7 de março de 2022, em: <https://bit.ly/3ib14zy>.

3 New York Times, “Várias organizações de notícias ocidentais suspendem operações na Rússia”, 4 de março de 2022, em: <https://www.nytimes.com/2022/03/04/business/western-media-operations-russia.html>.

4 New York Times, “The New York Times Pulls its News Staff from Russia”, 8 de março de 2022, em: <https://www.nytimes.com/2022/03/08/business/media/new-york-times-russia-press-freedom.html>.

5 Columbia Journalism Review, “Russia’s diminuição do acesso à informação”, 10 de março de 2022, em: [https://www.cjr.org/the\\_media\\_today/russias-diminishing-information-access.php](https://www.cjr.org/the_media_today/russias-diminishing-information-access.php).

6 Ibidem.

7 Reuters, “Rússia bloqueia acesso aos sites da BBC e da Voice of America”, 4 de março de 2022, em: <https://www.reuters.com/business/media-telecom/russia-restricts-access-bbc-russian-service-radio-liberdade-ria-2022-03-04/>.

8 The Guardian, “Site da BBC bloqueado na Rússia enquanto rádio de ondas curtas trazida de volta para cobrir a guerra na Ucrânia”, 4 de março de 2022, em: <https://www.theguardian.com/media/2022/mar/04/site-da-bbc-bloqueado-na-russia-como-radio-de-ondas-curtas-trazido-de-volta-para-cobrir-a-guerra-na-ucrania>.

proteger o povo de língua russa dos chamados “nazis em Kiev”.<sup>9</sup> Os meios de comunicação russos foram convertidos em instrumentos brutos de lavagem cerebral e propaganda estatal para a geopolítica. A população teve que recorrer a ferramentas de evasão como Redes Privadas Virtuais (VPN) e aplicativos de mensagens criptografadas como o Telegram para descobrir o que realmente está acontecendo e se comunicar de forma segura e livre com outras pessoas.

Na Ucrânia, desde a invasão russa no final de Fevereiro de 2022, os correspondentes de guerra, tal como outros civis, têm sido limitados por recolher obrigatório, postos de controlo e restrições militares. Relatos sobre a presença de sabotadores russos aumentaram os riscos de serem suspeitos de espionagem para repórteres que perambulam em áreas controladas por soldados ucranianos ou por grupos de defesa ad hoc.<sup>10</sup>

As linhas da frente pouco nítidas, a presença de forças especiais e de combatentes irregulares e os bombardeamentos indiscriminados expõem inevitavelmente os repórteres ucranianos e internacionais a elevados riscos de ferimentos ou morte. Jornalistas terão sido alvejados directamente por agressores não identificados, identificados em alguns relatos como forças militares russas,<sup>11</sup> e o jornalista norte-americano Brent Renaud foi morto em Irpin, perto de Kiev, em 13 de Março. No início de Março, o equipamento de protecção (coletes à prova de bala, capacetes) era escasso e as organizações de apoio aos jornalistas organizaram cursos de formação em segurança de emergência online, destinados em particular a freelancers que se deslocavam para a Ucrânia para cobrir a guerra e a jornalistas locais.<sup>12</sup> Alegações dos EUA, comunicadas em 21 de Fevereiro, ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, que as forças invasoras russas tinham “listas de ucranianos a serem mortos ou enviados para campos após uma ocupação militar” levantou preocupações sobre a retaliação contra jornalistas considerados hostis à Federação Russa.<sup>13</sup>

Em 1º de março de 2022, mísseis russos atingiram a torre de rádio e TV em Kiev, matando um cinegrafista ucraniano, Yevhenii Sakun<sup>14</sup> e nocauteando 32 canais de televisão e várias dezenas de estações de rádio nacionais, uma acção que poderá

---

<sup>9</sup> NPR, “A alegação de Putin de lutar contra os ‘neo-nazistas’ da Ucrânia distorce a história, dizem os estudiosos”, 1 de março de 2022, em: <https://www.npr.org/2022/03/01/1083677765/putin-denzify-ukraine-história-da-Rússia>.

<sup>10</sup> Repórteres Sem Fronteiras, “Ucrânia: os dois jornalistas dinamarqueses feridos foram evacuados”, 1 de março de 2022, em: <https://rsf.org/en/news/ukraine-two-injured-danish-journalists-have-been-evacuado>.

<sup>11</sup> Sky News, “O relato angustiante da equipe Sky News sobre sua violenta emboscada na Ucrânia esta semana”, 5 de março de 2022, em: <https://news.sky.com/story/sky-news-teams-harrowing-account-of-sua-emboscada-violenta-na-ucránia-esta-semana-12557585>.

<sup>12</sup> Press Gazette, “Charity reports escassez de equipamento de proteção para jornalistas freelancers na Ucrânia”, 3 de março de 2022, em: <https://pressgazette.co.uk/relatórios-de-caridade-sobre-escassez-de-equipamentos-de-proteção-para-jornalistas-freelancers-na-ucránia/>.

<sup>13</sup> Nieman Reports, “Ukrainian Journalists Risk Everything to Stand Up to Putin”, 2 de março de 2022, em: <https://niemanreports.org/articles/ukraine-journalists-putin/>.

<sup>14</sup> Comitê para a Proteção dos Jornalistas, “Repórteres baleados, bombardeados, roubados enquanto cobriam notícias russas invasão da Ucrânia”, 9 de março de 2022, em: <https://bit.ly/3MUTEPh>.

constituem um crime de guerra. As torres de transmissão também foram alvo de ataques com mísseis russos em diversas outras cidades.<sup>15</sup>

Os jornalistas tiveram de navegar num ambiente noticioso repleto de desinformação vinda de todos os lados. A guerra de informação, que já dura há anos, intensificou-se ferozmente, com a disseminação de notícias falsas e vídeos adulterados, a criação de publicações sociais disfarçadas de websites de verificação de factos,<sup>16</sup> histórias não confirmadas de feitos de armas, a publicação de imagens brutais da guerra e a exposição pública de prisioneiros de guerra,<sup>17</sup> uma potencial violação das Convenções de Genebra.<sup>18</sup>

As organizações parceiras da Plataforma condenaram<sup>19</sup> a invasão não provocada, bem como o ataque intensificado à liberdade de imprensa, à liberdade de expressão e aos direitos civis na Rússia. Também expressaram o seu apoio ao que resta da imprensa independente na Rússia e apelaram aos Estados democráticos para que concedessem refúgio aos jornalistas forçados a exilar-se.<sup>20</sup> Foram lançadas iniciativas por grupos internacionais e ucranianos de defesa da liberdade de imprensa para ajudar os meios de comunicação social e os jornalistas ucranianos, em especial fornecendo-lhes equipamento de proteção e assistência, quando necessário, para escaparem de locais de risco extremo para locais de relativa segurança na Ucrânia ocidental ou noutros locais.

Em 2 de março de 2022, a União Europeia anunciou que suspenderia urgentemente as transmissões dos meios de comunicação social russos controlados pelo Estado RT e Sputnik na UE ou dirigidas à UE, bem como a sua disponibilidade em motores de busca e nas suas publicações nas redes sociais,<sup>21</sup> para que “não pudessem mais espalhar as suas mentiras para justificar a guerra de Putin”. A proibição durará “até que a agressão contra a Ucrânia termine e até que a Federação Russa e os seus meios de comunicação associados deixem de conduzir ações de desinformação e manipulação de informação”.

---

15 Repórteres Sem Fronteiras, “RSF refere ataques russos em quatro torres de TV ucranianas ao Tribunal Penal Internacional”, 5 de março de 2022, em: <https://rsf.org/en/news/rsf-refere-russo-ataca-quatro-torres-de-tv-ucranianas-tribunal-criminal-internacional>.

16 Propublica, “In the Ukraine Conflict, Fake Fact-Checks Are Being Used to Spread Disinformation”, 8 de março de 2022, em: <https://www.propublica.org/article/in-the-ukraine-conflict-fake-fact-checkes-estao-sendo-usados-para-espalhar-desinformacao>.

17 Politico, “A medida que a guerra na Ucrânia evolui, o mesmo acontece com as táticas de desinformação”, 10 de março de 2022, em: <https://www.politico.eu/article/ukraine-russia-disinformation-propaganda/>.

18 Amnistia Internacional, “Rússia/Ucrânia: Prisioneiros de guerra devem ser protegidos da curiosidade pública ao abrigo da Convenção de Genebra”, 7 de março de 2022, em: <https://bit.ly/36l2JA7>.

19 Declaração Conjunta das organizações parceiras da Plataforma, 2 de março de 2022, em: <https://fom.coe.int/news/detail/107233680/Ukraine:-CoE-platform-partners-demand-protection-of-journalist-safety;globalSearch=false>.

20 Federação Internacional de Jornalistas, “Estamos solidários — declaração conjunta em apoio à Ucrânia”, 28 de fevereiro de 2022, em: <https://bit.ly/3tdRbHS>.

21 Wall Street Journal, “EU Orders Removal of Russian State-Owned Media from Search Results, Social-Media Reshares”, 10 de março de 2022, em: <https://on.wsj.com/3l1z4Y>.

contra a UE e os seus estados membros.<sup>22</sup> Facebook, Google, YouTube e TikTok também negaram o acesso dos utilizadores à RT e ao Sputnik na UE.<sup>23</sup> Os canais de comunicação social estatais russos também ficaram indisponíveis no Reino Unido, onde a RT estava sob investigação por o regulador Ofcom por violações do código de radiodifusão.<sup>24</sup>

ãA "propaganda da guerra" é proibida pelo direito internacional.<sup>25</sup> No entanto, as organizações de jornalistas manifestaram o seu desconforto face à decisão da UE, argumentando que a desinformação patrocinada pelo Estado deveria ser combatida não através da censura, mas através do jornalismo independente e do debate aberto para combater narrativas falsas. e propaganda.<sup>26</sup>

ÿEm 25 de fevereiro de 2022, o Comité de Ministros do Conselho da Europa suspendeu os direitos de representação da Federação Russa no Comité de Ministros e na Assembleia Parlamentar com efeito imediato devido ao seu ataque armado à Ucrânia.<sup>27</sup> "(Isso) vai contra tudo o que defendemos e é uma violação do nosso estatuto e da Convenção Europeia dos Direitos Humanos", disse a Secretária-Geral do Conselho da Europa, Marija Pejčinović Burić, numa entrevista ao New York Times em 3 de março de 2022.<sup>28</sup>

---

22 New York Times, "Council of Europe suspends Russia for its attack on Ukraine", 3 de março de 2022, em: <https://www.nytimes.com/2022/03/03/world/europe/council-of-europe-suspension-da-Rússia>. HTML.

23 Reuters, "EU bans RT, Sputnik over Ukraine disinformation", 2 de março de 2022, em: <https://www.reuters.com/world/europe/eu-bans-rt-sputnik-banned-over-ukraine-disinformation-2022-03-02/>.

24 Press Gazette, "RT de propriedade do Kremlin retirado do ar no Reino Unido após sanções da UE", 3 de março de 2022, em: <https://pressgazette.co.uk/rt-off-air-uk/>.

25 Baade, Björnstjern, "The EU's "Ban" of RT and Sputnik: A Lawful Measure Against Propaganda for War", VerBlog, 8 de março de 2022, em: <https://verfassungsblog.de/the-eus-ban-of-rt-e-sputnik/>.

26 Federação Europeia de Jornalistas, "Fighting disinformation with censorship is a error", 1 de março de 2022, em: <https://europeanjournalists.org/blog/2022/03/01/fighting-disinformation-with-censorship-is-a-erro/>.

27 Conselho da Europa, "Conselho da Europa suspende os direitos de representação da Rússia", 25 de fevereiro de 2022, em: <https://www.coe.int/en/web/portal/-/council-of-europe-suspends-russia-s-direitos-de-representação>.

28 New York Times, "The Council of Europe suspends Russia for its attack on Ukraine", 3 de março de 2022, em: <https://www.nytimes.com/2022/03/03/world/europe/council-of-europe-Rússia-suspensão>. HTML.

# Introdução

---



Adene (França) / Cartooning for Peace

“É alarmante e inaceitável que jornalistas e outros intervenientes nos meios de comunicação social na Europa sejam cada vez mais ameaçados, assediados, sujeitos a vigilância, intimidados, arbitrariamente privados da sua liberdade, atacados fisicamente, torturados e até mortos devido ao seu trabalho de investigação, opiniões ou reportagens”. Estas foram as palavras de abertura da Recomendação de longo alcance do Comité de Ministros do Conselho da Europa (CdE) sobre a proteção do jornalismo e a segurança dos jornalistas e outros intervenientes nos meios de comunicação social em 2016.<sup>29</sup>

Os anos subsequentes infelizmente confirmaram esta avaliação sombria.<sup>30</sup> Desde o lançamento, em Abril de 2015, da Plataforma para Promover a Protecção do Jornalismo e a Segurança dos Jornalistas, os alertas acumularam-se, levando o Secretário-Geral do Conselho da Europa a instar os governos europeus a “demonstrarem uma vontade política mais forte para proteger a liberdade de imprensa”.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> Comité de Ministros, Recomendação CM/Rec(2016)4 aos Estados-Membros sobre a proteção do jornalismo e a segurança dos jornalistas e outros intervenientes nos meios de comunicação social, Estrasburgo, 2016, em: <https://bit.ly/3lFT8b1>.

<sup>30</sup> As 15 organizações parceiras que participam no trabalho da Plataforma redigiram em conjunto este relatório anual. Cada organização parceira reserva-se o direito de fazer a sua própria avaliação de qualquer questão ou caso.

<sup>31</sup> Conselho da Europa, “Secretário Geral: Os governos europeus devem mostrar uma vontade política mais forte para proteger a liberdade de imprensa”, 28 de abril de 2021, em: <https://go.coe.int/1rfVt>.

Os países europeus ainda ocupam os primeiros lugares nos índices de liberdade de imprensa. As instituições regionais - o Conselho da Europa, a União Europeia (UE) e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) - têm reafirmado regularmente o seu compromisso com a liberdade de imprensa e adoptado - ou anunciado - iniciativas destinadas a reforçar a liberdade de imprensa dos jornalistas. Em Junho de 2021, o Comité de Ministros do Conselho da Europa aprovou um plano para reforçar o quadro jurídico a favor da liberdade dos meios de comunicação social, centrando-se em três grandes ameaças: processos judiciais abusivos e vexatórios, o impacto perturbador da desinformação e o efeito potencialmente prejudicial da convergência digital e inteligência artificial.

Foi criado um Comité de Peritos sobre a Integridade da Informação Online com o objectivo de "combater a propagação da informação incorrecta e da desinformação online de uma forma compatível com os direitos humanos".<sup>32</sup>

Os estados membros do Conselho da Europa também aderiram a iniciativas internacionais como a Parceria Internacional sobre Informação e Democracia,<sup>33</sup> o Compromisso Global sobre a Liberdade dos Meios de Comunicação Social,<sup>34</sup> e o Compromisso de Haia para Aumentar a Segurança dos Jornalistas.<sup>35</sup> Da mesma forma, a União Europeia intensificou os seus esforços, através do seu Plano de Acção para a Democracia Europeia,<sup>36</sup> o seu Mecanismo para o Estado de Direito,<sup>37</sup> e o seu Conselho de Recomendação sobre a garantia da protecção, segurança e capacitação dos jornalistas e outros profissionais dos meios de comunicação social na União Europeia.<sup>38</sup> Espera-se uma directiva anti-SLAPP da UE e uma Lei da Liberdade dos Meios de Comunicação Social, incluindo a utilização da regulamentação do mercado interno para reduzir a interferência política nos meios de comunicação social, a ser adoptada em 2022.

No entanto, nos mapas murais europeus da liberdade dos meios de comunicação social, as luzes vermelhas estão a piscar. Em 2021, foram submetidos à Plataforma 282 alertas de 35 países, contra 200 em 2020, um aumento de 41%. Seis jornalistas morreram em 2021 no exercício da sua profissão, entre os quais quatro foram deliberadamente visados.

Alguns destes alertas podem reflectir falhas recorrentes nas chamadas "democracias imperfeitas". Outras são uma resposta a medidas adoptadas para combater a pandemia da Covid-19 e são supostamente transitórias. Mas não são apenas os números

---

<sup>32</sup> Conselho da Europa, Comité de Peritos do MSI-INF sobre a Integridade da Informação Online, em: <https://www.coe.int/en/web/freedom-expression/msi-inf>.

<sup>33</sup> Fórum sobre Informação e Democracia, em: <https://informationdemocracy.org/>.

<sup>34</sup> Governo do Reino Unido, "Compromisso global sobre liberdade de imprensa", 11 de julho de 2019, em: <https://www.gov.uk/government/publications/global-pledge-on-media-freedom>.

<sup>35</sup> Governo dos Países Baixos, "Compromisso de Haia para aumentar a segurança dos jornalistas", em: <https://bit.ly/3KK18Cx>.

<sup>36</sup> Comissão Europeia, "Plano de Acção para a Democracia Europeia: tornar as democracias da UE mais fortes", 3 de dezembro de 2020, em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip\\_20\\_2250](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_20_2250).

<sup>37</sup> Comissão Europeia, página Web do mecanismo do Estado de direito, em: <https://bit.ly/3q8wQJX>.

<sup>38</sup> Comissão Europeia, "Meios de comunicação social – Recomendação da Comissão sobre a garantia da segurança dos jornalistas na União Europeia", 16 de setembro de 2021, em: <https://bit.ly/3MW7wZl>.

eles mesmos. O tipo e a gravidade das violações da imprensa devem servir de alerta para todos os que se preocupam com o estado da democracia na Europa.

“A liberdade de imprensa é o canário na mina de carvão, um indicador-chave do “ grau claro e preocupante de retrocesso democrático” que a Secretária-Geral do Conselho da Europa destacou no seu relatório de 2021 sobre o estado da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito em todo o mundo. continente.<sup>39</sup> Os intervenientes estatais são responsáveis por 47% destes alertas. Num número crescente de países, estes casos não são casos ocasionais.

Resultam de uma estratégia concertada e deliberada para impor um modelo “liberal”, em total violação dos princípios fundamentais do Estado de direito e dos direitos humanos.

“Estes regimes autoritários extraem da sua maioria eleitoral o “direito” de subverter as restrições constitucionais ao seu poder e de privar a oposição ou grupos dissidentes. Não há nada de extravagante aqui. Têm uma doutrina e um roteiro para um ataque frontal contra os valores e instituições que definem as democracias avançadas: um Parlamento activo, um poder judicial independente, agências reguladoras eficazes, uma sociedade civil vibrante e, claro, uma imprensa livre.

“Na verdade, alguns Estados não assediam a imprensa apenas para se protegerem do escrutínio e do constrangimento: rejeitam fundamentalmente o papel do jornalismo como um pré-requisito para a democracia, como um facilitador de outros direitos humanos e como um cão de guarda que responsabiliza o poder. Ao fazê-lo, contradizem descaradamente os princípios fundamentais do Conselho da Europa e o seu próprio compromisso de os defender.

“Estes governos autoritários e declaradamente “liberais” não fecham totalmente o espaço público à liberdade de expressão como faziam os antigos regimes totalitários. Eles administram isso em seu benefício. A captura dos meios de comunicação social e o incitamento contra os “meios de comunicação elitistas” ou “imprensa mentirosa”<sup>40</sup> são ferramentas para este fim. Jornalistas independentes e críticos são considerados “traidores” ou inimigos do povo. São alvo de processos judiciais de segurança nacional, auditorias fiscais vingativas, discriminação na atribuição de financiamento estatal ou publicidade e leis abrangentes sobre discurso de ódio e notícias falsas que muitas vezes têm efeitos inibidores de grande alcance sobre a liberdade de expressão e o jornalismo.

“Em outubro de 2021, a decisão do Comitê do Prêmio Nobel da Paz de homenagear dois jornalistas, Maria Ressa, fundadora do site de notícias online Rappler (Filipinas), e Dmitry Muratov, editor-chefe da Novaya Gazeta ( Federação Russa), confirmou o sentimento global de urgência sobre a liberdade de imprensa.

---

<sup>39</sup> Conselho da Europa, “A democracia está em perigo, conclui o Secretário-Geral do Conselho da Europa relatório anual para 2021”, 11 de maio de 2021, em: <https://go.coe.int/u1flq>.

<sup>40</sup> Deutsche Welle, “Ataques a jornalistas na Alemanha em ascensão”, 20 de setembro de 2018, em: <https://www.dw.com/en/attacks-on-journalists-in-germany-on-the-rise/a-45570939>.

“O jornalismo livre, independente e baseado em factos serve para proteger contra o abuso de poder, as mentiras e a propaganda de guerra”, afirmou o Comité.<sup>41</sup> Teve uma ressonância particular na Europa, pois evocou a memória do único outro jornalista que alguma vez recebeu o prestigiado jornalismo. Prêmio, em 1935. Carl von Ossietzky, editor de uma revista liberal pacifista alemã, foi preso em 1933, imediatamente após a ascensão de Adolf Hitler ao poder. Depois de anos em campos de concentração, morreu em 1938. A sua prisão foi um sinal nefasto da destruição da democracia na Alemanha e, eventualmente, de guerra total. Ressoa como um aviso para os tempos difíceis de hoje. Há ecos dos anos 30 nos insultos dirigidos contra a “imprensa mentirosa” ou na violência popular contra jornalistas durante protestos públicos.

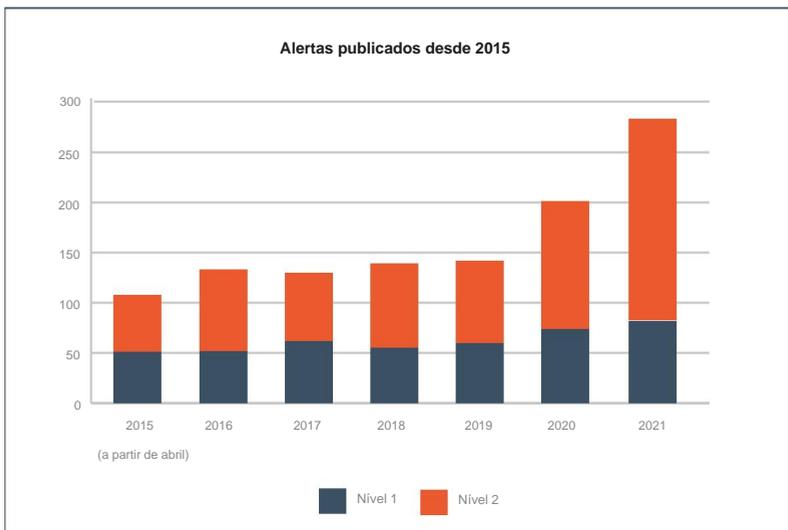
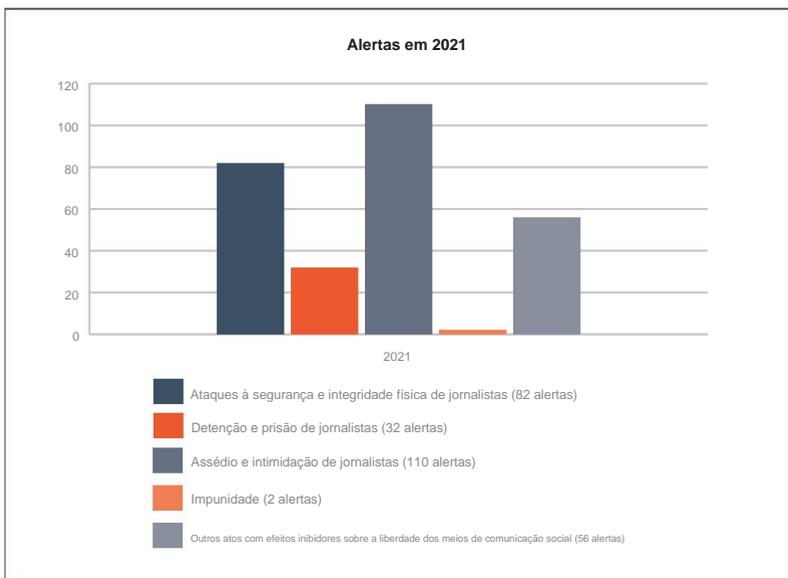
Desde que eclodiu em 2020, a pandemia de Covid-19 tem sido utilizada indevidamente pelos governos para impor medidas que restringem o acesso dos meios de comunicação social e a liberdade de reportar, como se o jornalismo independente fosse uma responsabilidade na luta contra uma emergência sanitária que exige informação fiável, precisa e independente. Informação. Na verdade, à medida que as sociedades europeias são confrontadas com desafios particularmente complexos e arrastadas para tendências preocupantes de polarização e radicalização, o jornalismo independente e a liberdade de imprensa são mais cruciais do que nunca. “Os jornalistas (...), ainda mais em tempos de crise como a actual, fornecem-nos uma das ferramentas mais poderosas que temos à nossa disposição para tomar decisões relevantes para as nossas vidas: informação fiável”, disse Dunja Mijatović, do Conselho do Comissário Europeu para os Direitos Humanos.<sup>42</sup>

O objectivo central do Conselho da Europa é “proteger os direitos humanos, a democracia pluralista e o Estado de direito”. Este relatório, como demonstram o número e o padrão persistente de alertas sobre a liberdade dos meios de comunicação social, bem como a gravidade dos ataques, confirma que muitos dos seus Estados-Membros têm estado dispostos a opor-se a esta missão fundamental. “É altura de recordar que os Estados têm a obrigação de garantir que os jornalistas possam realizar o seu trabalho livres de violência e intimidação e cumprir o seu papel de vigilantes públicos, o que inclui responsabilizar as autoridades públicas pelas suas decisões e ações”, afirmou o Conselho de Secretário-Geral da Europa na véspera do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, 3 de maio de 2021. Têm mais do que nunca o dever de assegurar os três “Ps” – Prevenção, Protecção, Acusação – para garantir que os jornalistas possam trabalhar sem coacção.

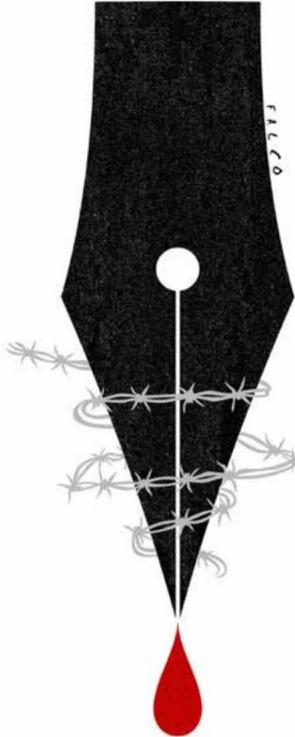
---

<sup>41</sup> Prémio Nobel da Paz 2021, em: <https://www.nobelprize.org/prizes/peace/2021/press-release/>.

<sup>42</sup> Conselho da Europa, “Apoie uma imprensa livre, independente e segura”, 30 de abril de 2020, em: <https://go.coe.int/CgUr2>.



## Visão geral dos alertas e fontes de grande preocupação em 20



Falco (Cuba) / Cartooning for Peace

### Ataques à segurança física e integridade

Em 2021, seis jornalistas foram mortos. Três deles – na Grécia, nos Países Baixos e na Turquia – foram directamente visados. Outro jornalista morreu na Geórgia após a violência enquanto cobria protestos de rua.

Dois jornalistas morreram na explosão de uma mina terrestre durante o Nagorno-Conflicto de Karabakh, um alerta para os jornalistas, pois no final de 2021 a realidade da guerra pairava novamente sobre o continente (e foi confirmada pela invasão da Ucrânia pela Rússia) e evoca memórias sombrias das guerras na ex-Jugoslávia,

onde “de 1991 a 2001, mais de 150 repórteres, fotógrafos, operadores de câmaras de televisão, produtores, fixadores e outros trabalhadores da comunicação social foram mortos”.<sup>43</sup>

Os jornalistas estão cada vez mais vulneráveis a ataques diretos à sua segurança física e integridade. Em 2021, ocorreram 82 alertas nessa categoria, um salto de 51% em relação a 2020. Muitos deles ocorreram durante protestos públicos. Em grande parte da Europa, reportar a partir dos locais dos comícios tornou-se uma tarefa perigosa para os jornalistas. Os protestos relacionados com a Covid-19 proporcionaram um pano de fundo particular para estas agressões.

Embora tenha havido uma diminuição no número de alertas relativos à violência por parte de agentes policiais, o comportamento dos agentes responsáveis pela aplicação da lei durante estes protestos continuou a ser motivo de grande preocupação.

A violência contra jornalistas durante os protestos de rua é alimentada por uma onda de ataques aos meios de comunicação social e por uma avalanche de discursos de ódio nas redes sociais - muitas vezes motivados por figuras políticas - que visam directamente os jornalistas, questionando a sua independência e legitimidade e, portanto, tornando-os mais vulneráveis a ataques físicos. agressão.

## Impunidade

Em 6 de outubro de 2021, jornalistas de todo o mundo marcaram o décimo quinto aniversário do assassinato da sua muito venerada colega russa Anna Politkovskaya. Quinze anos após a sua morte, os autores intelectuais do crime ainda estão à solta, um lembrete flagrante de que a impunidade nos ataques a jornalistas continua a ser a regra, alimentando o ciclo de violência e enviando a mensagem perniciosa de que ferir ou matar jornalistas é um crime de baixo risco.

Os parceiros da Plataforma saudaram as conclusões do Inquérito Público sobre o assassinato da jornalista de investigação Daphne Caruana Galizia em Malta e saudaram a acusação do alegado mentor, mas estes marcos foram o resultado de uma batalha dolorosa e meticulosa e não garantem justiça. Ao final de 2021, 26 casos permanecem ativos na Plataforma. A Federação Russa, a Turquia e a Ucrânia são responsáveis por 60% destes alertas de impunidade.

---

<sup>43</sup> Balkan Insight, “Last Despatches: Why the Balkan Wars Were So Deadly for Journalists”, 20 de dezembro de 2021, em: <https://balkaninsight.com/2021/12/20/last-despatches-why-the-balkan-wars-eram-tão-mortais-para-jornalistas/>.



Boligán (México) / Cartooning for Peace

## Detenções e processos criminais de jornalistas

• No final de dezembro de 2021, 56 jornalistas e intervenientes dos meios de comunicação social estavam presos em estados membros do Conselho da Europa: no Azerbaijão, na Federação Russa, na Crimeia (território da Ucrânia anexado ilegalmente pela Federação Russa), na Turquia e no Reino Unido.

• A Plataforma também registou 35 casos de “detenção e custódia”, em que jornalistas foram detidos e detidos para interrogatório policial, um

clara obstrução à sua liberdade de informar, especialmente sobre manifestações públicas e reuniões da oposição.

¶A intimidação judicial continua a ser um fenómeno preocupante. A Plataforma registou dez alertas sobre a apresentação de queixas-crime por ofensas de imprensa por parte de personalidades privadas ou públicas. Foram registados outros dezanove alertas sobre processos judiciais de alegados crimes iniciados por autoridades policiais e/ou judiciais, bem como nove alertas sobre o uso de poderes de investigação para divulgar fontes de jornalistas. Alguns destes casos indicam a facilidade com que pessoas no poder podem arbitrariamente colocar actores estatais em acção contra jornalistas que consideram “problemáticos”.

¶O caso de Julian Assange foi particularmente examinado. O fundador do Wikileaks está detido desde abril de 2019 no Reino Unido. Os grupos de defesa da liberdade de imprensa consideram os processos de extradição dos EUA, com base na Lei de Espionagem dos EUA de 1917, como uma ameaça global às denúncias e denúncias de segurança nacional, especialmente relacionadas com ações tomadas pelos militares em situações de conflito que podem constituir crimes de guerra. O Departamento de Justiça dos EUA não qualifica Assange como jornalista e, portanto, insiste que “nunca foi política do Departamento visar [jornalistas] para reportagens.”<sup>44</sup> Jornalistas e advogados, no entanto, temem que isso possa estabelecer um precedente perigoso nos EUA, onde o jornalismo de segurança nacional foi amplamente protegido pela decisão histórica da Suprema Corte de 1971, *The New York Times v. Estados Unidos*, o que tornou possível a publicação dos então classificados Documentos do Pentágono sobre a Guerra do Vietname. Contudo, a aplicação extraterritorial da Lei de Espionagem dos EUA também poderia ameaçar qualquer jornalista em qualquer lugar por publicar informações confidenciais dos EUA. Como afirma o correspondente americano da Ordem dos Advogados Internacional, Michael Goldhaber, isso poderia “deixar futuros editores de fugas de informação à mercê da discricção do Ministério Público”.<sup>45</sup>

Um veredicto de culpa também encorajaria os governos de todo o mundo e dar-lhes-ia uma desculpa útil para criminalizar a divulgação de informações de segurança nacional ou sobre violações dos direitos humanos que tenham um claro interesse público.

## **SLAPPs e ações judiciais por difamação**

¶As ações judiciais contra jornalistas levadas a cabo por advogados de três peças podem parecer menos grosseiras do que os assassinatos por encomenda, as ameaças online ou a violência nas ruas, mas tais casos trazem sérios riscos para o jornalismo. SLAPPs (Ações Estratégicas Contra a Participação Pública) continuaram a ser usadas como uma ferramenta para silenciar a mídia crítica

---

<sup>44</sup> New York Times, “Assange indiciado sob espionagem, levantando questões da Primeira Emenda”, 23 de maio de 2019, em: <https://www.nytimes.com/2019/05/23/us/politics/assange-indictment.html>.

<sup>45</sup> Ordem dos Advogados Internacionais, “Assange: um momento decisivo para o jornalismo de segurança nacional”, em: <https://www.ibanet.org/article/20F4F951-8AB0-434D-8D6C-7DA497D885A3>.

e jornalistas em toda a Europa. Dezesesseis alertas documentam ações civis para obter indenizações ou coibir relatórios críticos. A prática de aproveitar jurisdições estrangeiras para intentar ações judiciais por difamação, conhecidas como turismo de difamação, também não diminuiu. Apostando no poder do dinheiro para matar histórias e dissuadir novas reportagens, estes processos judiciais são uma ferramenta eficaz de censura na Europa. Num sector da comunicação social economicamente perturbado, a ameaça de danos elevados por difamação pode ter um efeito esmagador.

ÿ Embora muitos destes processos não tenham mérito legal, constituem uma grande ameaça ao jornalismo, pois envolvem uma defesa legal dispendiosa, são emocionalmente exaustivos, distraem os jornalistas do seu trabalho normal e destinam-se a manchar a reputação dos jornalistas aos olhos do público. . Em Junho de 2021, o Comité de Ministros do Conselho da Europa comprometeu-se, como parte do seu plano estratégico, a estabelecer um quadro jurídico que incluía a protecção contra ameaças jurídicas abusivas ou vexatórias. Entretanto, a Comissão Europeia está a preparar um pacote anti-SLAPP que poderá incluir medidas legislativas e não legislativas.

## Legislação restritiva

ÿEm 2021, os estados membros do Conselho da Europa introduziram ou expandiram legislação que dificulta o trabalho dos jornalistas, sob o pretexto de combater notícias falsas ou interferência estrangeira. Na Grécia, foi adoptada legislação vagamente redigida sobre “notícias falsas”, que pode ser usada para criminalizar jornalistas que abordam questões com as políticas do governo. Na Federação Russa, os “meios de comunicação de massa agente estrangeiro” ou os rótulos de “agente estrangeiro individual” visam obstruir e desacreditar vozes críticas, submetendo-as a requisitos administrativos onerosos e associando-as a “países estrangeiros hostis”. No final de 2021, a lista incluía 111 “agentes estrangeiros dos meios de comunicação social”, entre eles organizações de notícias amplamente confiáveis. Os novos regulamentos e legislação relacionados com a cobertura da guerra na Ucrânia agravaram estas restrições ao obliterarem literalmente o jornalismo independente na Rússia.<sup>46</sup>

ÿEssas leis também podem ter como alvo organizações não governamentais que servem como importantes fontes de informação para a imprensa. Em dezembro de 2021, as decisões do tribunal russo<sup>47</sup> de encerrar dois importantes programas de defesa dos direitos humanos

---

46 Columbia Journalism Review, “The Putin regime obliterates press freedom”, 7 de março de 2022, em: [https://www.cjr.org/the\\_media\\_today/putin\\_russia\\_ukraine\\_independent\\_media.php](https://www.cjr.org/the_media_today/putin_russia_ukraine_independent_media.php).

47 Ação Externa da União Europeia, “Rússia: Joint Statement on Court Decisions to Liquidate Memorial”, 31 de dezembro de 2021, em: <https://bit.ly/3q8zJSV>.

grupos - Memorial Internacional e Memorial do Centro de Direitos Humanos - também privarão efectivamente a imprensa de uma das principais vozes contraditórias e dissidentes no país.

## Assédio e intimidação de jornalistas

ÿO assédio, através de insultos ou campanhas difamatórias, e a intimidação, através de ameaças à vida, ao bem-estar e à liberdade, continuaram a atormentar o exercício do jornalismo. Em 2021, foram publicados 110 alertas deste tipo na Plataforma. Os jornalistas que cobrem movimentos extremistas e grupos criminosos estão particularmente expostos. Os líderes dos partidos políticos ou mesmo os chefes de governo, que deveriam garantir a civilidade do espaço público, também se entregaram a insultos e ataques verbais contra jornalistas, correndo o risco de provocar ou tolerar a violência contra eles. Em Outubro de 2021, um reconhecimento solene da gravidade dessa questão foi feito pelos quatro Relatores Especiais internacionais sobre a liberdade de expressão<sup>48</sup>, que publicaram uma Declaração Conjunta sobre Políticos, Funcionários Públicos e Liberdade de Expressão,<sup>49</sup> expressando as suas crescentes preocupações com a intolerância e a divisão pública. comunicação por parte de políticos e figuras públicas.

ÿA violência verbal e física no mundo real expandiu-se para o mundo virtual, transformando as redes sociais em instrumentos de intimidação. Os jornalistas são regularmente alvo da raiva de indivíduos aleatórios. No entanto, alguns destes ataques online são planeados e dirigidos por movimentos políticos ou outros grupos que utilizam como armas a calúnia, as ameaças e a desinformação. O objetivo é assustar os jornalistas, exauri-los emocionalmente e forçá-los à autocensura ou, em última análise, expulsá-los da profissão. As mulheres jornalistas têm sido particularmente visadas nas redes sociais.

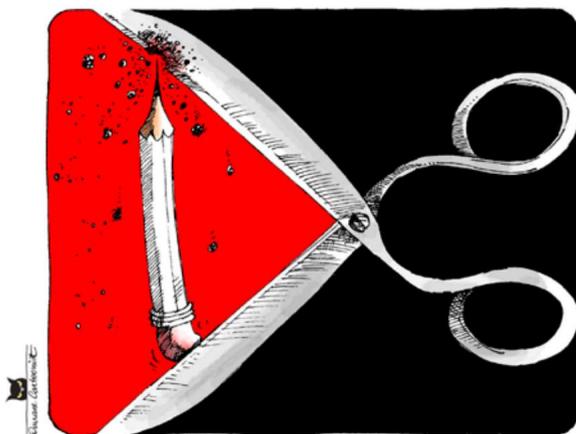
ÿNos últimos anos, as plataformas sociais foram submetidas a regras mais rigorosas ou reforçaram a moderação de conteúdos ilegais ou prejudiciais, mas a enxurrada de mensagens violentas e insultuosas não foi reprimida. Tanto as plataformas da Internet como as autoridades estatais são lentas em garantir a responsabilização por ataques online. Grupos de defesa da liberdade de imprensa instaram os Estados-membros a investigar e processar ameaças e abusos online de forma mais rigorosa. Eles têm defendido

---

48 O Relator Especial das Nações Unidas para a Liberdade de Opinião e Expressão, o Representante da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa para a Liberdade dos Meios de Comunicação Social, o Relator Especial da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a Liberdade de Expressão e a Comissão Africana para a Liberdade de Expressão Relator Especial dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) sobre Liberdade de Expressão e Acesso à Informação.

49 Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, "Declaração Conjunta sobre Políticos e Funcionários Públicos e Liberdade de Expressão", 20 de outubro de 2021, em: <https://www.osce.org/representante-na-liberdade-de-midia/501697>.

maior responsabilidade para as Big Tech, especialmente no que diz respeito às políticas de remoção de conteúdos, que devem respeitar as normas internacionais de liberdade de expressão e privacidade, protegendo ao mesmo tempo o jornalismo independente online. Os jornalistas estão perfeitamente conscientes do equilíbrio que esta questão suscita: ameaças e insultos online podem ter um efeito inibidor sobre a liberdade de expressão e a liberdade de reportar, mas as medidas para combatê-los podem igualmente prejudicar estas liberdades se forem desproporcionais, arbitrárias, não-transparente e deixado aos caprichos de empresas privadas, sem supervisão eficaz ou recurso para reparação. A remoção excessiva de conteúdos pode privar os jornalistas de informações cruciais e legítimas e, portanto, prejudicar a sua capacidade de reportar.



Omrane (Tunisia) / Cartooning for Peace

## Mídia de serviço público

Embora o Conselho da Europa reconheça os meios de comunicação social de serviço público (PSM) como um pilar da democracia, com base nos princípios de imparcialidade, universalidade e responsabilização,<sup>50</sup> 2021 assistiu a mais retrocessos. De acordo com o Media Pluralism Monitor 2021,<sup>51</sup> a independência da governação e do financiamento do PSM está em risco em quinze dos 32 países abrangidos, contra doze países em 2020. As notícias PSM são vistas como as marcas de notícias mais confiáveis em muitos países europeus.

<sup>50</sup> Nissen, Christian, "Public Service Media in the Information Society", Conselho da Europa, Fevereiro de 2006, em: <https://rm.coe.int/1680483b2f>.

<sup>51</sup> Uma ferramenta desenvolvida pelo Centro para o Pluralismo e a Liberdade dos Meios de Comunicação Social do Instituto Universitário Europeu para avaliar o risco para o pluralismo dos meios de comunicação social em qualquer país.

No entanto, os seus repórteres parecem ter sido particularmente visados pelos manifestantes e, num número crescente de Estados-Membros, os governos aumentaram a pressão sobre a independência editorial. Privaram o PSM de financiamento sustentável, assumiram o controlo dos seus conselhos de administração e transformaram a radiodifusão pública numa máquina de propaganda partidária, muitas vezes em linha com uma estratégia completa que inclui a captura de meios de comunicação privados e o sequestro de instituições reguladoras.

## Captura de mídia

ŷA captura dos meios de comunicação social, o controlo indirecto dos meios de comunicação privados por parte de um governo através das suas relações confortáveis com - ou da pressão sobre - os proprietários dos meios de comunicação social e interesses instalados, não diminuiu. Os governos utilizaram toda a gama de instrumentos e, em particular, poderes arbitrários para atribuir subsídios, publicidade e contratos públicos, para atingir esse objectivo. O resultado é a consolidação de um poderoso sistema de comunicação social favorável ao governo, que enquadra o discurso nacional e exclui vozes da oposição ou dissidentes.

ŷOs governantes da Turquia, do Azerbaijão e da Federação Russa aplicaram estas táticas durante anos, concebendo um "modelo" que foi imitado noutros Estados-membros, em particular na Hungria e na Polónia. Estes dois países estão actualmente sob o escrutínio da União Europeia devido, em parte, às acções que tomaram para dominar os meios de comunicação social. A Eslovénia também está a seguir esse caminho.



Marco De Angelis (Itália) / Cartooning for Peace

## Restrições aos relatórios

Os países tentaram controlar a divulgação de notícias politicamente sensíveis, especialmente sobre a migração, que caracterizam como questões de segurança nacional. Em 2021, a Polónia, a Letónia e a Lituânia declararam estados de emergência locais ao longo das suas fronteiras com a Bielorrússia, o que incluiu restrições à reportagem de notícias. Os jornalistas foram excluídos de áreas específicas, ameaçados de processos criminais e sujeitos a detenções pela polícia. Em Calais, França, os jornalistas foram banidos dos chamados perímetros de segurança, áreas onde a polícia procedeu à expulsão de migrantes indocumentados. Na Grécia, jornalistas holandeses e alemães foram detidos e interrogados pela polícia enquanto tentavam cobrir histórias de migração.



Zohoré (Costa do Marfim) / Cartooning for Peace

## Crime organizado

Em 2021, os jornalistas foram lembrados de que o seu colega italiano, Roberto Saviano, devido às suas investigações sobre a Camorra com sede em Nápoles, esteve sob protecção policial 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante quinze anos. O crime organizado sempre foi uma ameaça para os jornalistas que cobrem os seus negócios ilegais e ligações políticas desagradáveis. Entre Janeiro de 2006 e Fevereiro de 2021, a organização italiana de monitorização Ossigeno per l'informazione documentou até 4.904 ameaças certificadas e casos de intimidação contra jornalistas italianos.<sup>52</sup>

Colegas de outros países europeus também estão sob ameaça. Duas das seis mortes registadas na Plataforma em 2021, as de Giórgos Karaiváz na Grécia e de Peter R. de Vries (um jornalista que também trabalhou como conselheiro de uma testemunha chave num julgamento relacionado com o crime organizado) nos Países Baixos, foram

<sup>52</sup> Ossigeno para informação, em: <https://www.ossigeno.info/?lang=en>.

todas as marcas de assassinatos cometidos por gangues, semelhantes aos assassinatos de Daphne Caruana Galizia em Malta, em 2017, e de Ján Kuciak e sua noiva, Martina Kušnírová, na Eslováquia, em 2018.

Os riscos estão a aumentar à medida que estas organizações criminosas expandem o seu alcance global e novas iniciativas transnacionais de jornalismo de investigação, como o OCCRP (The Organized Crime and Corruption Reporting Project), expõem corajosamente a sua rede de crime e corrupção. Em 2018, a Iniciativa Global contra o crime organizado transnacional já tinha manifestado a sua preocupação com “a crescente incidência de ataques a jornalistas que cobrem questões relacionadas com o crime organizado e a corrupção nos Balcãs Ocidentais e na Europa de forma mais ampla”.<sup>53</sup>

Este risco foi confirmado por um relatório da Europol de novembro de 2021 que destacou a “escalada da violência perpetrada contra jornalistas de investigação na UE”.<sup>54</sup>

“Os sindicatos do crime”, diz o magistrado antimáfia italiano Federico Cafiero De Raho, “querem o silêncio e por isso intimidam, atacam e matam jornalistas que atraem a atenção das agências de aplicação da lei ao falarem sobre eles.”<sup>55</sup> O seu objectivo é impor censura nas redações para ocultar a sua ampla gama de atividades económicas e o apoio de que gozam nos círculos financeiros ou políticos. Os seus métodos incluem violência e ameaças de violência, mas também processos judiciais abusivos por difamação e pedidos esmagadores de indemnização.

Estas ameaças exigem a instituição de mecanismos de protecção que garantam efectivamente a segurança dos jornalistas. Destacam também o dever do Estado de combater eficazmente a impunidade e criar um ambiente favorável no qual o jornalismo independente e a liberdade de imprensa possam prevalecer. Este desafio abrange mais do que a protecção policial e os processos judiciais. Implica também esforços mais resolutos contra a corrupção, o branqueamento de capitais e regulamentações fiscais frouxas, que funcionam como oxigénio do crime.

## Vigilância

Em julho de 2021, o Projeto Pegasus, um consórcio de repórteres coordenado pelo grupo jornalístico sem fins lucrativos Forbidden Stories, com sede em Paris, juntamente com o Laboratório de Segurança da Amnistia Internacional, revelou como Pegasus, uma tecnologia de vigilância desenvolvida pela empresa israelita NSO, tinha sido abusada por anos.

---

<sup>53</sup> Iniciativa Global, “Liberdade de imprensa ameaçada pelo crime organizado nos Balcãs Ocidentais”, 4 Setembro de 2018, em: [https://globalinitiative.net/análise/freedom\\_press\\_balkans/](https://globalinitiative.net/análise/freedom_press_balkans/).

<sup>54</sup> Destaque da Europol, “The Use of Violence by Organized Crime Groups”, Novembro de 2021 em : <https://www.europol.europa.eu/publications-events/publications/europol-spotlight-use-of-violence-organised-crime-grupos>.

<sup>55</sup> Centro de recursos sobre a liberdade dos meios de comunicação social na Europa, “Report on the December 2018 joint fact-finding mission”, abril de 2019, em: <https://www.rcmefreedom.eu/Publications/Reports/Itália-tanta-máfia-tão-poucas-notícias.-Relatório-sobre-a-missão-conjunta-de-dezembro-2018-de-apuração-de-fatos>.

Aclamado como uma ferramenta para combater o terrorismo e a criminalidade grave, tem servido para espionar jornalistas, invadindo - e controlando - os seus telefones. Três estados membros do Conselho da Europa são mencionados no relatório como tendo utilizado spyware contra a imprensa: Azerbaijão, Hungria e Polónia. Os jornalistas dos Estados-Membros também foram espionados por serviços de segurança não europeus.

ãA vigilância sempre foi um risco para os jornalistas. E formas mais tradicionais de interceptação de telecomunicações continuam activas. A investigação do Projecto Pegasus , no entanto, destacou novas vulnerabilidades impulsionadas pela tecnologia.

“A utilização de software de vigilância tem sido associada à detenção, intimidação e até assassinatos de jornalistas e defensores dos direitos humanos”,<sup>56</sup> afirmou Michelle Bachelet, Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

ãA vigilância tem um “efeito inibidor” particularmente nefasto sobre o jornalismo. Prejudica a liberdade dos jornalistas de reportar e afecta a sua capacidade de proteger a confidencialidade das suas fontes, “uma das condições básicas para a liberdade de imprensa”, conforme afirmado no acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos de 1996 no caso Goodwin v. Reino Unido. Os jornalistas que cobrem questões de segurança nacional , direitos humanos e corrupção estão particularmente em risco.

ãAs organizações de comunicação social e os jornalistas também devem tomar todas as medidas necessárias para desenvolver culturas de segurança eficazes e garantir a proteção dos seus dispositivos e comunicações.

## **Bielorrússia**

ãA Bielorrússia não é membro do Conselho da Europa nem faz parte do sistema de alerta da Plataforma. No entanto, a gravidade dos ataques contra a imprensa num país no coração da Europa mobilizou grupos de defesa da liberdade de imprensa e associações de jornalistas.

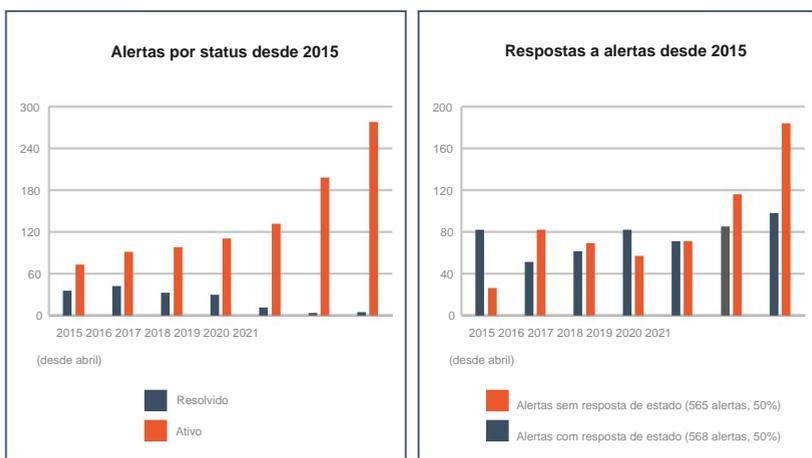
ãAs táticas repressivas do Estado utilizaram toda a caixa de ferramentas do autoritarismo: a prisão em massa de jornalistas, a violência, os processos penais, especialmente sob a acusação de extremismo, as rusgas e buscas nas casas ou escritórios dos jornalistas, a dissolução da Associação de Jornalistas da Bielorrússia. A aterragem forçada em Minsk de um voo da Ryanair de Atenas para Vilnius, e a detenção do antigo editor-chefe do canal Nexta Telegram, Raman Pratasevich, foram a prova mais flagrante da vilania do regime de Lukashenko e de um acto de pirataria e de terrorismo de Estado.

---

<sup>56</sup> Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, “República Centro-Africana: Relatório da ONU apela ao fim urgente dos crescentes abusos e violações dos direitos humanos”, 4 de agosto de 2021, em: <https://www.ohchr.org/en/2021/08/república-central-africana-un-report-calls-urgent-end-mounting-human-rights-abuses-and>.

## Respostas dos Estados-Membros

Apesar das ameaças crescentes contra a liberdade de imprensa, as respostas dos governos aos alertas apresentados na Plataforma têm sido decepcionantes. Em 2021, com 98 respostas estaduais, a taxa foi sombria de 35%, abaixo dos 42% em 2020. Desde o lançamento da Plataforma, foram publicados 1.133 alertas, mas apenas 566 receberam resposta estatal e 194, ou seja, 17% , foram resolvidos satisfatoriamente. “Os números não são encorajadores”, observou Ana Gascon Marcen na *Utrecht Law Review* (outubro de 2021). “Mas sem a Plataforma, é duvidoso que algumas dessas ações teriam ocorrido”,<sup>57</sup> acrescentou. No final de 2021, apenas quatro dos 282 alertas apresentados em 2021 tinham sido resolvidos.



Estes números não são uma aberração: reflectem uma indiferença mais ampla relativamente à liberdade de expressão por parte de alguns Estados-Membros. Tal como lamentou o Secretário-Geral do Conselho da Europa no seu Relatório de 2021 sobre o estado da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito, 300 decisões do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos contra Estados por violações do artigo 10.º da Convenção Europeia, incluindo prisão injusta de jornalistas, não foram implementadas.<sup>58</sup> Responsabilizar os Estados e fazê-los respeitar

<sup>57</sup> Ver, Conselho da Europa, “A Plataforma para a Protecção de Jornalistas: Um Mecanismo para Cooperação entre Organizações Não Governamentais e o Conselho da Europa”, em: <https://www.utrechtlawreview.org/articles/10.36633/ulr.667/>.

<sup>58</sup> Ver Conselho da Europa, Relatório do Secretário-Geral, “Estado da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito”, maio de 2021, em: <https://www.coe.int/en/web/secretary-general/relatório-2021>.

as suas obrigações ao abrigo da Convenção Europeia dos Direitos Humanos continuam a ser um desafio crucial para as organizações de defesa da liberdade de imprensa.

¶Numa nota mais positiva, os estados membros tomaram iniciativas para proteger melhor os jornalistas. Em Março de 2021, o governo do Reino Unido publicou o seu primeiro Plano de Acção Nacional para a Segurança dos Jornalistas, que foi saudado como um passo importante para garantir que os jornalistas possam realizar o seu trabalho livres de assédio e ataques. E dentro do Conselho da Europa, um Grupo de Amigos para a Segurança dos Jornalistas foi formado por 11 Estados-membros, nos moldes de grupos semelhantes dentro da ONU em Nova Iorque e Genebra, da UNESCO e da OSCE. Em Maio de 2021, estes Grupos de Amigos divulgaram uma declaração conjunta sublinhando “o papel essencial desempenhado pelos jornalistas e trabalhadores dos meios de comunicação social para garantir o acesso a informação fidedel e verificável como um bem público e apelaram ao fim da impunidade dos crimes cometidos contra eles”.<sup>59</sup>

## Liberdade de imprensa e iniciativas de jornalismo

¶Os jornalistas não permaneceram passivos face a estas ameaças crescentes. A liberdade de imprensa local, nacional e internacional e os grupos de jornalistas monitorizaram-nos sistematicamente, muitas vezes face a assédio, e apelaram aos governos nacionais e às instituições europeias para agirem de acordo com as suas conclusões. Eles também têm partido para a ofensiva, com as suas próprias ferramentas, investigando e denunciando aqueles que os assediam. Em outubro de 2021, o Projeto Pegasus ganhou o primeiro Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo, instituído pelo Parlamento Europeu em homenagem ao jornalista de investigação maltês assassinado.

Este modelo de jornalismo colaborativo transnacional foi testado em Malta em 2018 com o Projeto Daphne,<sup>60</sup> com o objetivo de continuar o trabalho de jornalistas silenciados através de assassinato ou prisão.

¶Em Haia, a audiência de abertura, em 2 de novembro de 2021 - no Dia Internacional pelo Fim da Impunidade dos Crimes Contra Jornalistas - do Tribunal Popular sobre o Assassinato de Jornalistas<sup>61</sup>, confirma a determinação dos jornalistas em reagir, em mostrar ao mundo que “Você não mate uma história matando um jornalista.” E eles estão recebendo ajuda. O Fundo Global de Defesa da Mídia, administrado pela UNESCO e financiado por vários estados membros do Conselho da Europa, foi criado “para apoiar o jornalismo investigativo que contribui

---

<sup>59</sup> Página web da UNESCO, em: <https://en.unesco.org/news/groups-friends-safety-journalists-issue-joint-statement-press-freedom> .

<sup>60</sup> Página da web 60 Histórias Proibidas, em: <https://forbiddenstories.org/case/the-daphne-project/>.

<sup>61</sup> Página do Tribunal Popular sobre o Assassinato de Jornalistas, em: <https://ptmurderofjournalists.org/o-que-e-um-tribunal-popular/>.

reduziu a impunidade para crimes contra jornalistas e aumentou a segurança daqueles que realizam esta linha de trabalho". 62

## Censura global

Este relatório centra-se na situação da liberdade de imprensa nos estados membros do Conselho da Europa, além da Bielorrússia e do Kosovo\*. Mas as suas conclusões devem ser vistas e avaliadas no contexto de tendências mais globais. A capacidade dos jornalistas europeus para desempenharem a sua missão nos seus próprios países depende muitas vezes do estado da liberdade de imprensa e da vitalidade do jornalismo noutras partes do mundo. A cobertura da pandemia, das alterações climáticas, da migração, da criminalidade transnacional, da fraude fiscal ou do terrorismo requer informações independentes provenientes de fora da Europa. "Um desafio central do século XXI será criar um sistema global de imprensa livre para a sociedade global emergente. Quando os direitos dos meios de comunicação estrangeiros são restringidos, os nossos direitos ficam ameaçados", escreveu o presidente da Universidade de Columbia, Lee C. Bollinger, num ensaio inovador de 2010 sobre "uma imprensa livre para um novo século". Este desafio foi particularmente bem documentado num documento da UNESCO sobre a segurança dos correspondentes estrangeiros num mundo cada vez mais interdependente.<sup>63</sup>

O escrutínio dos ataques à imprensa por parte dos jornalistas europeus deve estender-se a estes países que têm impacto nas realidades e acontecimentos europeus, da Síria à China. A proteção dos jornalistas envolvidos em projetos colaborativos transnacionais é crucial. Esta abordagem global é igualmente óbvia quando os jornalistas europeus são vítimas de ataques por ou em Estados não europeus. A alegada utilização de tecnologia de spyware por Marrocos para vigiar vários jornalistas franceses e espanhóis, o assassinato de três jornalistas russos na República Centro-Africana em 2018, enquanto investigava o grupo de segurança privada russo Wagner, o rapto em abril de 2021 do jornalista francês Olivier Dubois no Mali por jihadistas, bem como o assassinato, em Julho de 2021, alegadamente por uma máfia transnacional da droga, do jornalista de investigação holandês Peter R. de Vries, puseram dramaticamente em evidência a questão dos ataques globalizados contra a imprensa.

---

<sup>62</sup> Página do Fundo Global de Defesa da Mídia da UNESCO, em: <https://en.unesco.org/global-media-defence-fund>.

Todas as referências ao Kosovo, quer sejam território, instituições ou população, neste texto devem ser entendidas em total conformidade com a Resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e sem prejuízo do estatuto do Kosovo.

<sup>63</sup> Horsley, William; Meera, Selva, "Liberdade de expressão e segurança de correspondentes estrangeiros: tendências, desafios e respostas", UNESCO, 2021, em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000378300>.

# Resumo das recomendações

---

Os Parceiros reconhecem os esforços incessantes do Secretário-Geral do Conselho da Europa e do Comissário para os Direitos Humanos para abordar questões de grande preocupação relacionadas com a liberdade de expressão e a liberdade dos meios de comunicação social. Valorizamos muito o nosso diálogo evolutivo com o Comité de Ministros com base nos alertas da Plataforma. Congratulamo-nos com o facto de a maioria das recomendações feitas no relatório do ano passado se reflectirem no trabalho actual ou futuro do Conselho da Europa. O objectivo primordial do nosso diálogo com os Representantes Permanentes dos Estados-Membros (Comité de Ministros) é promover o reconhecimento dos graves perigos decorrentes de falhas sistémicas para proteger as vidas e o trabalho dos jornalistas independentes, e estimular acções eficazes para melhorar a situação real.

Os parceiros apelam a uma melhoria drástica na taxa e na qualidade das respostas escritas aos alertas. Cada alerta requer a atenção imediata dos funcionários públicos das partes relevantes do governo em causa. Instamos todos os Estados-membros a estabelecerem mecanismos internos e interdepartamentais eficazes para garantir que os alertas sejam respondidos e acompanhados de acções correctivas eficazes, conforme necessário para remover a ameaça. Os parceiros estão prontos para colaborar com as instituições do Conselho da Europa, e nomeadamente com o Secretário-Geral, para ajudar a fornecer orientações aos Estados-Membros sobre a gestão e coordenação bem-sucedidas das respostas.

Os parceiros manifestam grande decepção pelo facto de a Federação Russa e a Turquia terem continuado a recusar envolver-se no trabalho da Plataforma e responder a alertas. As nossas organizações permanecem preparadas a qualquer momento para encetar um diálogo significativo com as autoridades dos dois países sobre o conteúdo dos alertas publicados na Plataforma e as acções necessárias para remediar as violações neles identificadas. (Nota: no momento da edição final, a invasão da Ucrânia pela Federação Russa tinha começado. Os parceiros da Plataforma registam a decisão do Conselho da Europa de suspender a Federação Russa dos seus direitos de representação no Comité de Ministros e na Assembleia Parlamentar) .

Além disso, os parceiros ligam:

No Comité de Ministros para acções rápidas e consequentes em resposta à **não execução das decisões do TEDH**. Casos em que as liminares do Tribunal

libertar pessoas que sofreram cárcere privado são particularmente preocupantes.

Aos Estados-Membros que aloquem recursos, criem condições favoráveis e cooperem de boa fé com organizações de jornalistas e outras partes interessadas para implementar a **recomendação histórica CM Rec(2016)4**,

Conselho da Europa que forneça todo o apoio e incentivo possível às autoridades governamentais para promulgarem reformas nas suas leis e práticas nacionais para implementar as disposições sobre Protecção; Prevenção; e a acusação eficaz dos responsáveis pelas ameaças e ataques contra jornalistas.

Aos Estados-Membros que tomem todas as medidas necessárias **para proteger os trabalhadores dos meios de comunicação social após** ameaças e agressões, **especialmente em eventos públicos**. Quando são denunciados casos de violência contra jornalistas, seja por parte de intervenientes estatais ou não estatais, estes devem ser sempre investigados exaustivamente e devem ser tomadas as medidas correctivas necessárias para dissuadir novos ataques. Os Estados-Membros devem desenvolver e seguir as melhores práticas para permitir o direito dos meios de comunicação social de informar, tendo em conta as disposições estabelecidas no Plano Nacional para a Segurança dos Jornalistas no Reino Unido e no Protocolo de Segurança entre a polícia, as organizações de jornalistas, os editores e o autoridades judiciais nos Países Baixos.

Solicita aos Estados-Membros que tomem medidas mais fortes possíveis contra processos judiciais **abusivos e criminalização do jornalismo**, incluindo orientações para os procuradores sobre as regras a seguir para evitar ações judiciais vexatórias ou frívolas que não cumpram um limiar necessário de seriedade; e estabelecer fortes salvaguardas contra a grave “desigualdade de armas” (equilíbrio injusto entre as oportunidades oferecidas às partes envolvidas em litígios), bem como SLAPPs transfronteiriços e forum shopping, em particular no Reino Unido como um centro para o turismo de difamação.

Ao Conselho da Europa, à União Europeia e à OSCE para promoverem a verdadeira **independência dos meios de comunicação de serviço público** e aos estados membros para implementarem as normas do Conselho da Europa e proporcionarem as condições adequadas para a sua independência. É dever das organizações que representam os interesses

---

64 Comité de Ministros, Recomendação CM/Rec(2016)4 aos Estados-Membros sobre a proteção do jornalismo e a segurança dos jornalistas e outros intervenientes nos meios de comunicação social, Estrasburgo, 2016, em: <https://bit.ly/31fT8b1>.

e preocupações dos organismos de radiodifusão de serviço público em desafiar todas as formas de interferência de interesses políticos ou instalados.

Aos Estados-Membros que reforcem os instrumentos para garantir o **pluralismo dos meios de comunicação social**, a **transparência da propriedade e controlo dos meios de comunicação social**, a independência regulamentar, a eliminação de conflitos de interesses entre políticos e oligarcas dos meios de comunicação social e a distribuição justa da publicidade governamental e de outros fundos públicos aos meios de comunicação social.

Aos Estados-Membros que se comprometam a investigar e processar **ameaças e abusos online contra jornalistas**, bem como a combater o assédio online. As obrigações legais impostas às plataformas em linha para moderar conteúdos ilegais devem ser sujeitas a escrutínio para garantir que estas obrigações cumprem as normas internacionais de liberdade de expressão, incluindo a legalidade e a proporcionalidade, promovem a transparência e proporcionam um processo de recurso independente.

Aos Estados-Membros que forneçam garantias públicas e transparentes para a **independência e responsabilização dos órgãos reguladores dos meios de comunicação social**, incluindo os organismos que supervisionam as fusões e as regras de concorrência no sector dos meios de comunicação social. Os critérios aplicados no licenciamento e outras decisões regulamentares devem fornecer garantias robustas contra a arbitrariedade ou o partidarismo, incluindo processos de recurso justos e um requisito para as autoridades licenciadoras justificarem as decisões utilizando critérios que sejam consistentes com os padrões de equidade e justiça do Conselho da Europa.

## Seções Temáticas

---

### Ataques à segurança física e à integridade dos jornalistas



Ares (Cuba) / Caricaturas pela Paz

Em 2021, houve 82 alertas sobre ataques à segurança física e à integridade de jornalistas submetidos por organizações parceiras à Plataforma do Conselho da Europa para Promover a Proteção do Jornalismo e a Segurança dos Jornalistas. Isto representa um aumento muito significativo (+60%) em relação aos 51 incidentes semelhantes registados em 2020.

2021 registou o maior número de assassinatos de jornalistas na Europa desde 2015, o ano dos ataques terroristas à revista Charlie Hebdo em Paris, com três vítimas mortais em ataques mortais selectivos na Grécia, nos Países Baixos e na Turquia, uma devido a protestos violentos na Geórgia e duas em um incidente com uma mina terrestre no Azerbaijão. Em 2021, a Plataforma registou três vezes mais assassinatos de jornalistas do que os relatados em 2020 e 2019.

**Maharram Ibrahimov**, um repórter que trabalhava para a agência de notícias estatal AzerTag e **Siraj Abishov**, um cinegrafista da emissora pública do Azerbaijão AzTV, foram mortos em 4 de junho de 2021 na explosão de uma mina terrestre na região de Kalbajar, a oeste de Nagorno-Karabakh, onde cobriam os combates entre o Azerbaijão e a Arménia.

Na Geórgia, **Aleksandre Lashkarava**, 37 anos, cinegrafista da emissora de TV Pirveli, foi encontrado morto em sua casa em 11 de julho de 2021. Ele foi um dos quase cinco dúzias de jornalistas agredidos por uma multidão violenta de manifestantes anti-LGBTQI+ durante a reportagem da Marcha do Orgulho de Tbilisi em 5 de julho. Ele sofreu fraturas nos ossos faciais e foi tratado no centro médico por quatro dias.

antes de voltar para casa, de acordo com relatos da mídia. Os grupos de defesa da liberdade de imprensa criticaram duramente a investigação do Estado sobre a morte do jornalista - uma autópsia não estava disponível cinco meses depois - e, de forma mais geral, a sua falta de esforços para perseguir os responsáveis pela violência contra os meios de comunicação durante a Marcha do Orgulho.

**ÿHazÿm Özsu**, apresentador da Rádio Rahmet FM, uma estação de rádio local na Turquia, foi morto a tiros em casa por um homem que mais tarde confessou o assassinato às autoridades. O homem disse que queria “calar a voz do jornalista” depois de se ofender com as expressões verbais usadas por Özsu durante a pandemia de Covid-19, que, segundo ele, violaram valores religiosos sagrados.

ÿNo dia 6 de Julho, o jornalista investigativo holandês **Peter R. de Vries** foi baleado alegadamente em relação ao seu papel como conselheiro-chave da testemunha-chave no julgamento de Marengo, um extenso julgamento criminal contra membros importantes de uma notória organização de tráfico de drogas. O assassinato de De Vries teve um grande impacto na (percepção da) segurança dos jornalistas nos Países Baixos. Naquele dia, Peter R. de Vries foi convidado do programa diário de televisão RTL Boulevard. Depois de sair do prédio, ele levou cinco tiros à queima-roupa em uma rua lateral próxima ao estúdio e morreu nove dias depois. A polícia prendeu três suspeitos, um dos quais foi posteriormente libertado, segundo relatos da mídia. Em Outubro e Dezembro, dois homens foram julgados pelo homicídio.

**ÿGiörgos Karaiváz**, um conhecido repórter de televisão grego da Star TV e fundador do site de notícias bloko.gr, foi baleado em 9 de abril de 2021 por dois homens em uma motocicleta e baleado pelo menos seis vezes, matando-o instantaneamente fora de sua casa. casa em Atenas. A polícia disse que o ataque ao veterano repórter policial ocorreu em plena luz do dia, quando ele voltava para casa após um turno em um programa ao vivo na Star TV. No final do ano, a polícia ainda não tinha conseguido identificar publicamente quaisquer suspeitos e não tinha sido feita qualquer detenção.

ÿEventos públicos, como comícios e protestos, em particular manifestações contra as medidas de combate à pandemia da Covid-19, foram o pano de fundo da maioria das agressões registradas a jornalistas. Foram relatados 32 incidentes de violência contra repórteres e membros da equipa de comunicação social, envolvendo manifestantes (na Arménia, Croácia, França, Geórgia, Alemanha, Grécia, Itália, Montenegro, Sérvia, Espanha, Reino Unido , Países Baixos, Turquia, Ucrânia). A segurança do pessoal dos meios de comunicação social nestes eventos deteriorou-se ao ponto de, em alguns casos, as organizações dos meios de comunicação social e o seu pessoal terem parado de exibir o seu logótipo durante as reportagens no terreno.

ÿ Houve doze incidentes de agressão por parte das forças policiais em eventos públicos relatados em 2021 (na Albânia, França, Grécia, Polónia, Rússia, Espanha, Reino Unido e Turquia), uma diminuição significativa em relação a 2020. No entanto, o policiamento do espaço público permanece problemático. Dezanove alertas, quase exclusivamente relacionados com a Rússia e a Turquia, documentam a obstrução por parte das autoridades policiais e judiciais,

que usaram poderes para ordenar, parar ou deter. A polícia alegadamente não tomou as medidas adequadas para protegê-los e, em alguns casos, até impediu o trabalho jornalístico. "Estou profundamente preocupado com numerosos relatos de ataques físicos a jornalistas que cobrem manifestações de agentes responsáveis pela aplicação da lei, ou de impedimentos policiais e perturbações nas reportagens de manifestações por parte dos trabalhadores dos meios de comunicação social",<sup>65</sup> escreveu a Comissária para os Direitos Humanos do Conselho da Europa, Dunja Mijatović, em

ŸA violência policial assumiu formas extremas na Bielorrússia, com múltiplos ferimentos infligidos a jornalistas, o alegado uso de tortura e danos nas instalações dos meios de comunicação social, numa das mais brutais e abrangentes campanhas de repressão estatal de jornalistas na memória recente em qualquer lugar da Europa.

ŸVinte outros alertas registados no âmbito dos "ataques à segurança e integridade física", "detenção e prisão" e "assédio e intimidação" dizem respeito a casos de insultos, ameaças, equipamentos danificados ou interferência em reportagens dos meios de comunicação social, perpetrados principalmente por manifestantes.

ŸHouve também doze alertas que relataram agressões a jornalistas que não estavam relacionadas com comícios ou protestos públicos, vários dos quais causaram lesões corporais graves. Estas foram realizadas principalmente na Rússia, na Turquia e na Ucrânia por intervenientes não estatais desconhecidos, mas pelo menos um caso envolveu pessoal policial.

ŸOnze alertas provenientes de toda a Europa lançaram luz sobre casos de incêndio criminoso, sabotagem e outros danos à propriedade, perpetrados exclusivamente por pessoas privadas ou desconhecidas. Estes ataques visaram propriedades de jornalistas ou meios de comunicação social, sendo particularmente visíveis os ataques a estações de radiodifusão ou escritórios.

ŸFinalmente, a Plataforma registou uma série de alertas que fornecem detalhes sobre ameaças de morte contra jornalistas, nomeadamente em França, Rússia, Sérvia, Espanha e Países Baixos.

ŸNuma nota positiva, vários países adoptaram planos destinados a garantir melhor a segurança dos jornalistas, nos moldes dos planos de acção do Reino Unido, Holanda e Suécia para a segurança dos jornalistas. Alguns tiveram um sucesso misto. Na Sérvia, em Dezembro de 2020, o governo criou um Grupo de Trabalho para a Segurança e Protecção dos Jornalistas. Mas em Março de 2021, cinco associações de jornalistas e meios de comunicação retiraram a sua cooperação, alegando falta de confiança nas instituições e uma campanha concertada de difamações e ameaças dirigidas contra o principal grupo de jornalistas de investigação KRIK.<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> Conselho da Europa, "Jornalistas que cobrem assembleias públicas precisam de ser protegidos", 30 de abril de 2021, em: [https://www.coe.int/en/web/commissioner/blog-2021/-/asset\\_publisher/aa3hyyf8wKbn/conteúdo/jornalistas-que-cobrem-assembleias-públicas-precisam-ser-protetidos](https://www.coe.int/en/web/commissioner/blog-2021/-/asset_publisher/aa3hyyf8wKbn/conteúdo/jornalistas-que-cobrem-assembleias-públicas-precisam-ser-protetidos).

<sup>66</sup> Instituto Internacional de Imprensa, "Sérvia: Credibilidade do novo grupo de trabalho questionado após difamação KRIK", 1 de abril de 2021, em: <https://ipi.media/serbia-credibility-of-new-working-group-questioned-after-kirk-esfregaço>.

## Desenvolvimentos em relação aos casos de impunidade na Europa

Até ao final de 2021, tinham sido registados 35 casos de impunidade na Plataforma desde 2015. Dois casos – o do jornalista turco Uğur Mumcu,<sup>67</sup> assassinado em 1993, e o do jornalista cipriota turco Kutlu Adalı,<sup>68</sup> assassinado em Chipre em 1996 – foram adicionados à categoria de impunidade durante o ano. Houve novos desenvolvimentos em vários casos (Pavel Sheremet, Hrant Dink, Daphne Caruana Galizia, Ján Kuciak), mas nenhum justificou que qualquer um destes alertas passasse para “progresso” ou “resolvido”. A Plataforma define impunidade como a falta de resolução do caso após dois anos.

Em Julho de 2021, o relatório de 438 páginas do Inquérito Público sobre o assassinato de Daphne Caruana Galizia concluiu que o estado de Malta “deve assumir a responsabilidade pelo assassinato porque criou uma atmosfera de impunidade”.<sup>69</sup> Os parceiros da Plataforma também saudaram a acusação de o suposto mentor Yorgen Fenech, que foi acusado de cumplicidade em cometer assassinato em agosto de 2021, considerando isso um “marco” na busca pela justiça. Mas os atrasos persistentes e os obstáculos administrativos aos processos judiciais durante mais de quatro anos desde o assassinato do jornalista demonstram fraquezas fundamentais no compromisso de Malta com uma justiça aberta e igualitária.

A decisão do Supremo Tribunal eslovaco de anular os veredictos de inocência dos alegados autores intelectuais do assassinato do jornalista Ján Kuciak e da sua noiva Martina Kušnírová, em 2018, também foi bem recebida pelos parceiros da Plataforma. O caso agora será devolvido ao Juizado Especial Criminal.

Em Dezembro de 2021, os parceiros da Plataforma e outros grupos de defesa da liberdade de imprensa também saudaram os veredictos de culpa confirmados proferidos a quatro antigos funcionários dos serviços de segurança do Estado sérvios pelo assassinato, em 1999, do importante jornalista e editor-chefe Slavko Ćuruvija.<sup>70</sup>

A Federação Russa, a Turquia e a Ucrânia são responsáveis por 60% de todos os casos relacionados com a impunidade. Os parceiros da Plataforma continuam especialmente preocupados com a elevada taxa de impunidade que protege os autores de crimes contra jornalistas nesses países e apelam às autoridades para que garantam que seja dada a mais alta prioridade à realização de investigações completas e transparentes.

---

67 Alerta “Impunidade continuada após assassinato do jornalista turco Uğur Mumcu”, publicado em 28 de outubro de 2021, em: <https://go.coe.int/YTe3w>.

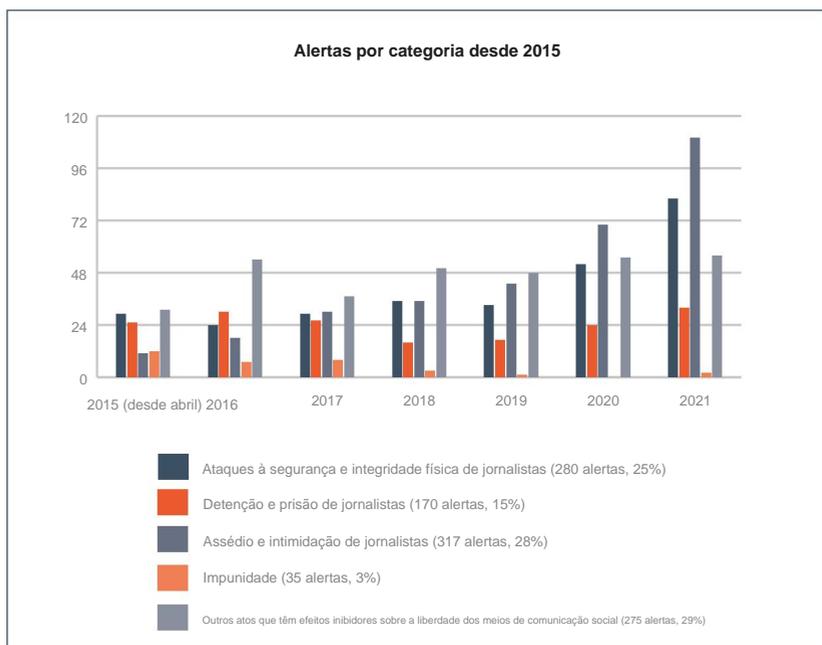
68 Alerta “Impunidade contínua após assassinato do jornalista cipriota turco Kutlu Adalı”, publicado 30 de setembro de 2021, em: <https://go.coe.int/qth7d>.

69 Fundação Daphne Caruana Galizia, “Estado Maltês considerado responsável pela morte de Daphne Caruana Galizia”, 29 de julho de 2021, em: <https://www.daphne.foundation/en/2021/07/29/public-inquiry-report>.

70 Federação Europeia de Jornalistas, “Sérvia: MFRR saúda condenações renovadas por homicídio de Slavko Ćuruvija”, 3 de dezembro de 2021, em: <https://bit.ly/3idhckg>.

em todos os crimes contra jornalistas. Como evidenciado por vinte alertas apresentados em 2021 sobre ataques na Federação Russa, na Turquia e na Ucrânia, os jornalistas nesses estados continuam a enfrentar violência de forma recorrente.<sup>71</sup> Uma ação rápida e robusta por parte das autoridades estatais é essencial para erradicar as culturas de impunidade. subjacentes a estas estatísticas e, em vez disso, estabelecer uma cultura genuína de promoção da segurança e protecção dos jornalistas e trabalhadores dos meios de comunicação social em todos os ramos e camadas do governo.

ÿA impunidade não é apenas uma questo do passado, pois encoraja potenciais assassinos. No Dia Internacional para Acabar com a Impunidade dos Crimes contra Jornalistas, em 2 de novembro de 2021, Inge Welbergen, Presidente do Comit Diretor do Conselho da Europa para a Sociedade dos Meios de Comunicao Social e da Informao (CDMSI), recordou aos estados membros da Recomendao do Comit de Ministros de 2016 que exige que [afirme] "adotar disposies de direito penal adequadas para evitar a impunidade".<sup>72</sup>



<sup>71</sup> Alertas relacionados com "Ataques à segurança física e integridade de jornalistas" na Federação Russa, Ucrânia e Turquia, janeiro – dezembro de 2021.

<sup>72</sup> Conselho da Europa, "Declaração do Presidente do CDMSI por ocasião do Dia Internacional para Acabar com a Impunidade dos Crimes Contra Jornalistas", 2 de novembro de 2021, em: <https://bit.ly/3KOujV4>.

## A luta pela justiça em nome da família de Daphne Caruana Galizia

Daphne Caruana Galizia, uma proeminente jornalista de investigação e blogger que cobriu a corrupção governamental e os Panama Papers, foi morta num ataque com um carro armadilhado em Malta, em 16 de Outubro de 2017.

Um total de sete homens foram acusados - ou admitidos - de cumplicidade no assassinato de Daphne. Três processos criminais estavam pendentes nos tribunais de Malta: contra os alegados assassinos, o alegado mentor e os alegados fornecedores de bombas.

O intermediário, Melvin Theuma, obteve perdão em 2019 e é testemunha do Estado no processo penal. Um dos assassinos, Vincent Muscat, obteve um acordo judicial em 2021 e foi condenado a 15 anos de prisão por seu papel na execução do assassinato.

Os suspeitos Robert Agius e Jamie Vella foram indiciados em 2021 sob suspeita de terem fornecido a arma do crime. A compilação de provas no seu caso está em curso.

No final de 2021, os grupos de defesa da liberdade de imprensa continuaram a aguardar o início dos julgamentos do júri de dois outros supostos assassinos, Alfred e George Degiorgio, e do empresário Yorgen Fenech, acusado de conspirar para encomendar e financiar o seu assassinato.

Enquanto o processo penal e o inquérito magisterial se centraram exclusivamente na culpabilidade criminal, um Inquérito Público separado sobre o assassinato de Daphne Caruana Galizia publicou as suas conclusões inovadoras em 29 de Julho, concluindo que "o Estado tem de assumir a responsabilidade pelo assassinato porque criou um atmosfera de impunidade, gerada a partir dos mais altos níveis no seio da administração do Gabinete do Primeiro-Ministro e como um polvo espalhada por outras entidades como instituições reguladoras e a polícia, levando ao colapso do Estado de Direito. Como resultado, o Estado (a) não reconheceu os riscos reais e imediatos, incluindo a intenção criminosa de terceiros contra a vida de Daphne Caruana Galizia; e (b) não tomou medidas no âmbito dos seus poderes que, com julgamento razoável, o Estado deveria tomar para evitar esse risco. Embora o inquérito não tenha identificado provas de envolvimento directo do governo no assassinato, concluiu que as autoridades estatais criaram um "clima favorável para que qualquer pessoa que procurasse eliminá-la o fizesse com o mínimo de consequências".

Durante uma missão em Outubro de 2021, os defensores da liberdade de imprensa reuniram-se com o Primeiro-Ministro Robert Abela (Partido Trabalhista) para acompanhar a forma como as recomendações do Inquérito Público seriam implementadas. Em particular, procuraram garantias de que as autoridades maltesas se absteriam de ampliar uma política de regulação dos meios de comunicação social; garantir a aprovação de legislação abrangente que aborde Ações Estratégicas contra a Participação Pública (SLAPPs); melhorar o acesso à informação; envolver-se em consultas e diálogos contínuos e transparentes com a sociedade civil e as organizações de jornalistas; e contribuir para mudar a cultura de como os jornalistas são tratados em Malta - incluindo garantir melhores proteções para que os jornalistas possam realizar o seu trabalho com segurança. Os defensores da liberdade de imprensa também incentivaram a nomeação transparente e eficaz de um Comité de Peritos para implementar as recomendações do Inquérito Público.

No final do ano, surgiram preocupações de que o grupo do Comité de Peritos seleccionado pelo Primeiro-Ministro não corresponderia necessariamente às elevadas expectativas estabelecidas pelo

Inquérito Público. O Primeiro-Ministro não publicou termos de referência para a selecção de candidatos, não consultou abertamente a sociedade civil sobre a nomeação do Comité de Peritos e não respondeu a uma carta da sociedade civil solicitando esclarecimentos. Também foram expressas preocupações de que a proposta do governo para combater os SLAPPs não estava em conformidade com os padrões internacionais e não erradicaria adequadamente a prática do abuso destes processos vexatórios contra a comunidade jornalista de Malta. Os parceiros da plataforma continuaram a oferecer assistência técnica às autoridades maltesas e à Comissão de Peritos para implementar as recomendações do Inquérito Público.

## Restrições relacionadas à Covid-19



Cristina (Portugal) / Cartooning for Peace

ãA pandemia de Covid-19 foi utilizada por governos oportunistas para introduzir uma série de medidas contra os meios de comunicação social e os jornalistas. Isto incluiu a limitação do acesso a briefings governamentais e profissionais de saúde, o relaxamento das regras de liberdade dos sistemas de informação, o direcionamento de fundos de "informação de saúde pública" da Covid-19 para meios de comunicação pró-governamentais e, na Federação Russa e na Hungria, a introdução de leis que criminalizam a propagação deliberada da desinformação relacionada com a pandemia. O mais perturbador é que a crise sanitária criou uma atmosfera tóxica e violenta nas ruas da Europa, onde foram registados níveis sem precedentes de agressões a jornalistas por parte do público e da polícia, especialmente em manifestações relacionadas com o confinamento.

ãExceto a criminalização da desinformação na Federação Russa e na Hungria, a maioria das outras restrições introduzidas regressaram desde então às regras anteriores à Covid-19. Em 2021, contudo, a violência relacionada com a Covid-19 contra jornalistas apenas se intensificou. 20 alertas estiveram diretamente relacionados com acontecimentos no contexto da pandemia de Covid-19. Mais de metade destes alertas relataram ataques ou ameaças e insultos contra jornalistas que cobriam manifestações de opositores às restrições sanitárias governamentais. Tais ataques foram relatados na Áustria, Bélgica, Croácia, Chipre, França, Alemanha, Eslovénia, Espanha, Países Baixos e Reino Unido. O projeto de monitoramento Mapeamento da Liberdade de Mídia,

que abrange os estados membros da UE, os países candidatos à entrada na UE e os países vizinhos do bloco, registou cerca de 166 incidentes de intimidação física ou agressão a jornalistas relacionados com a Covid-19 durante 2021, em comparação com 85 em 2020. Estes alertas envolveram ataques a 252 diferentes pessoas ou entidades em dezanove países.<sup>73</sup> “Muitos jornalistas foram ameaçados com violência, enquanto outros foram perseguidos e atacados fisicamente”, afirmou a Comissária para os Direitos Humanos do Conselho da Europa, Dunja Mijatović, em 30 de abril de 2021.<sup>74</sup>

ãA Alemanha assistiu a um aumento do número de ataques contra jornalistas que cobriam protestos relacionados com a Covid-19, com uma presença regular de militantes de extrema-direita e neonazis, bem como dos Querdenker (literalmente “pensadores laterais”). Este último grupo apresenta-se como popular e libertário, mas em Abril de 2021 foi colocado sob vigilância pelo Bundesamt für Verfassungsschutz (BfV, a agência de inteligência nacional) numa nova categoria chamada verfassungsschutzrelevante Delegitimierung des Staates (deslegitimação do Estado relevante para a protecção de a Constituição). O comportamento da polícia durante estes protestos também foi criticado.

ãJornalistas foram ameaçados enquanto investigavam deficiências, irregularidades ou potenciais crimes na gestão pública da crise sanitária. Foi o caso da Bélgica, Chipre, França, Geórgia, Roménia e Ucrânia. Em Março de 2021, os meios de comunicação independentes húngaros emitiram uma carta conjunta acusando o governo de colocar vidas em risco ao impedir os meios de comunicação social de cobrir a extensão da crise nos hospitais.

ãNa Rússia, as autoridades utilizaram uma alegada violação das normas sanitárias para justificar sanções contra um jornalista que cobriu os protestos a favor do político da oposição Alexei Navalny.

ãOs meios de comunicação social estarão a contabilizar o custo da pandemia e as suas repercussões nos próximos anos. Serão necessárias ações decisivas para reverter os efeitos nocivos que teve sobre o jornalismo. “Durante a pandemia de Covid-19, houve um forte aumento de relatos de violência contra jornalistas, bem como de censura e represálias por questionarem as políticas do governo”, declarou a Secretária-Geral do Conselho da Europa, Marija Pejčinović Burić, num comunicado divulgado antes do World Day da Liberdade de Imprensa de 2021. “Ao mesmo tempo, os meios de comunicação de qualidade enfrentam sérios desafios económicos e muitos jornalistas perderam os seus empregos devido à pandemia. (...) É hora de lembrar que os Estados têm a obrigação de garantir que os jornalistas possam

---

<sup>73</sup> Centro Europeu para a Liberdade de Imprensa e Meios de Comunicação Social, “Mapping Media Freedom records 626violations in 2021”, 21 de fevereiro de 2021, em: <https://www.ecpmf.eu/monitoring-report-2021-626-alertas-de-liberdade-de-midia-gravados-na-europa-em-um-ano/>.

<sup>74</sup> Conselho da Europa, “Jornalistas que cobrem assembleias públicas precisam de ser protegidos”, 30 de abril de 2021, em: <https://go.coe.int/WVZhy>.

realizar o seu trabalho livre de violência e intimidação e cumprir o seu papel de 'vigilante' público, o que inclui responsabilizar as autoridades públicas pelas suas decisões e ações".<sup>75</sup>

---

<sup>75</sup> Conselho da Europa, "Secretário Geral: Os governos europeus devem mostrar uma vontade política mais forte para proteger a liberdade de imprensa", 28 de abril de 2021, em: <https://bit.ly/37oWc7O>.

## Detenções, prisões e processos criminais

Medidas legais foram utilizadas em muitas partes da Europa como forma de silenciar jornalistas. Em 2021, jornalistas foram detidos e enviados para a prisão devido ao seu legítimo exercício do jornalismo. E em flagrante contradição com a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH), que estabelece claramente que a imposição de penas de prisão por crimes de imprensa só é compatível com o artigo 10.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem em “circunstâncias excepcionais”.

### Medidas de detenção

A prática de medidas de prisão preventiva impediu os jornalistas de exercerem eficazmente o seu trabalho.

Seis alertas relataram medidas de prisão preventiva ou detenção domiciliária ordenadas na Rússia, na Ucrânia (Crimeia ocupada pela Rússia) e na Turquia em relação a acusações que incluíam espionagem, terrorismo e envolvimento de menores em atividades ilegais.

Em muitos países - incluindo Estados-Membros da UE como a Bulgária, a França e a Grécia - os jornalistas foram detidos, mesmo que por curtos períodos de tempo, durante a cobertura das manifestações e não foram capazes de reportar integralmente o acontecimento devido às medidas de detenção da polícia.

Na Rússia, os repórteres que procuravam cobrir protestos em apoio ao líder da oposição Alexei Navalny foram sujeitos a detenção de curta duração.

### Prisão de jornalistas

Os jornalistas continuaram a ser condenados à prisão pelo seu trabalho.

Em 31 de dezembro de 2021, 56 jornalistas foram relatados na Plataforma como presos, incluindo 34 na Turquia, sete na Federação Russa e dez na região da Crimeia na Ucrânia, controlada pela Rússia, quatro no Azerbaijão e um no Reino Unido. Esta é uma grande diminuição em relação a 2020, principalmente devido ao fim das penas para jornalistas e trabalhadores da comunicação social detidos no Azerbaijão e na Turquia.

Onze alertas sobre o Azerbaijão, a Federação Russa, a Turquia e a Ucrânia (Crimeia) foram sobre a condenação de jornalistas considerados culpados em 2021 por insultar um funcionário público; organizar ou participar de um protesto ilegal; conduzir propaganda contra o governo; recusa em obedecer às ordens policiais e perturbação do tráfego rodoviário; divulgar informações confidenciais; ou apoiar uma organização terrorista.

## Criminalização do jornalismo

•A justiça criminal foi instrumentalizada para atingir o jornalismo crítico.

•Em 2021, o TEDH decidiu que os processos penais sob acusação de insulto ao Presidente (da Turquia) eram incompatíveis com o artigo 10.º da Convenção, recomendando a revisão do Código Penal turco.<sup>76</sup>

## Protegendo a confidencialidade das fontes

•O uso de poderes de investigação por parte dos responsáveis pela aplicação da lei ameaçava a protecção das fontes e a denúncia de condutas ilegais ou irregularidades . O TEDH estabeleceu critérios segundo os quais uma violação da confidencialidade está abrangida pela protecção da liberdade de expressão.<sup>77</sup> O Comité de Ministros elaborou orientações para garantir a protecção dos denunciadores de acordo com estes critérios.

•Quatro alertas em Itália, Portugal e Albânia envolveram casos em que a confidencialidade da fonte estava comprometida.

---

<sup>76</sup> Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, Vedat Yorli c. Turquia, requerimento n.º 42048/19, acórdão de 19 de outubro de 2021.

<sup>77</sup> Ver, por exemplo, Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, Fressoz et Roire v. França [GC], petição n.º 29183/95, sentença de 21 de janeiro de 1999, pars. 52 e seguintes, ; Stoll contra Suíça [GC], demanda n.º 69698/01, sentença de 10 de dezembro de 2007, pars. 107 e cols.

**56 jornalistas e intervenientes nos meios de comunicação  
social detidos nos Estados-Membros do Conselho da Europa (em 31 de dezembro de 2021)**

| <b>Peru</b>  | <b>Federação Russa</b>   |
|--|--|
| 1. Abdulkadir Turay 2. Ahmet Metin Sekizkardey 3. Ali Ahmet Böken 4. Ali Ünal 5. Ali Yüce 6. Ayşenur Parıldak 7. Beytullah Özdemir 8. Ercan Gün 9. Erdal Süsem 10. Erkan Akkuş   | 1. Abdulmumin Gadzhiev 2. Aleksandr Dorogov 3. Aleksandr Valov 4. Igor Kuznetsov 5. Ivan Safronov 6. Rashid Maysigov 7. Yan Katelevskiy  |
| 11. Erol Zavar 12. Faruk Akkan 13. Fevzi Yazıcı 14. Gültekin Avcı 15. Hakan Taýdelen 16. Hatice Duman 17. Hidayet Karaca 18. İsmail Çoban 19. İsmail Efe 20. Kenan Karavil 21. Mehmet Baransu 22. Mikat Algül 23. Murat Çapan 24. Mustafa Gök 25. Mustafa Ünal 26. Nedim Türfent 27. Nuh Gönüldağ 28. Özcan Keser 29. Yeref Yılmaz 30. Seyithan Akyüz 31. Uğur Yılmaz 32. Vahit Yazgan 33. Yakup İmçek 34. Ziya Ataman | <p align="center"><b>Ucrânia</b><br/><b>(Crimeia controlada pela Rússia)</b></p> 1. Amet Suleymanov 2. Asan Akhtemov 3. Marlen Asanov 4. Osman Arifmemetov 5. Remzi Bekirov 6. Rustem Sheikhaliev 7. Servidor Mustafayev 8. Seyran Saliev 9. Timur Ibragimov 10. Vladislav Yesypenko |
|  | <b>Azerbaijão</b>  |
|  | 1. Afgan Sadikhov 2. Aslan Gurbanov 3. Elchin Mammad 4. Polad Aslanov  |
|  | <b>Reino Unido</b>   |
|  | 1. Julian Assange  |

## **Processo de extradição de Julian Assange representa ameaça global à liberdade de imprensa**

A contínua busca do Departamento de Justiça dos EUA pela extradição do fundador do WikiLeaks, Julian Assange, do Reino Unido para os EUA estabeleceu um precedente legal perigoso para processar jornalistas que reportam sobre questões de segurança nacional.

Em 10 de dezembro, o Supremo Tribunal britânico deu provimento ao apelo do Departamento de Justiça dos Estados Unidos para extraditar, permitindo que os EUA continuassem a prosseguir a sua extradição.

A decisão anulou uma decisão anterior de um tribunal inferior que tinha bloqueado a extradição de Assange do Reino Unido, alegando que ele representaria risco de suicídio numa prisão dos EUA.

Seguiu-se a um recurso apresentado pelos EUA em fevereiro.

A acusação, emitida durante a presidência de Trump, acusa Assange de conspirar com Chelsea Manning, analista de inteligência do Exército dos EUA, para adquirir e publicar informações militares e diplomáticas confidenciais no WikiLeaks.

Se for extraditado e condenado nos Estados Unidos, Assange pode pegar até 175 anos de prisão: dez anos por cada uma das dezessete acusações apresentadas ao abrigo da Lei de Espionagem e cinco anos por violação da Lei de Fraude e Abuso de Computadores.

A aplicação extraterritorial da Lei da Espionagem significa que qualquer jornalista em qualquer parte do mundo poderá ser potencialmente processado por publicar informações confidenciais dos EUA.

A decisão de processá-lo ao abrigo da Lei de Espionagem dos EUA mina a liberdade de imprensa a nível mundial, uma vez que as acusações dependem de uma alegação de conspiração entre um editor e fontes. Assim, um processo bem-sucedido contra Assange poderia abrir caminho para processos em muitos outros casos em que os repórteres dependem de fontes confidenciais e de denunciadores. reunir e publicar informações que o público deve conhecer.



Boligán (México) / Cartooning for Peace

## SLAPPs e ações judiciais por difamação

ãA difamação civil e criminal, bem como outras acusações baseadas no direito penal, continuaram a ser utilizadas contra meios de comunicação social e jornalistas em toda a Europa.

Mais notavelmente, as ações judiciais estratégicas contra a participação pública (SLAPPs) visavam cada vez mais desencorajar os meios de comunicação social e os jornalistas de reportarem temas de interesse público. SLAPPs referem-se (normalmente, mas não exclusivamente) a ações civis - movidas por indivíduos ou empresas poderosas - que têm pouco mérito legal e são concebidas para intimidar e assediar o alvo, especialmente através da perspectiva de custos legais onerosos. Mesmo que não sejam vencidos em tribunal, estes processos judiciais podem já ter atingido o seu objectivo, que é intimidar e paralisar financeiramente e exaurir emocionalmente os jornalistas.

ãEm 2021, foram pedidas indemnizações excessivamente elevadas por queixas de difamação, até meio milhão de euros, a jornalistas e meios de comunicação social, o que teve um efeito inibidor na liberdade de expressão. A Gazeta Wyborcza na Polónia<sup>78</sup> e a Index.hr na Croácia<sup>79</sup> enfrentaram cada uma cerca de 65 processos judiciais por difamação activos.

ãVários SLAPPs foram indeferidos em tribunal: na Roménia, por exemplo, onde a jornalista Ana Poenariu e o Rise Project, uma comunidade de jornalistas, programadores e ativistas que investigam o crime organizado e a corrupção, foram solicitados a pagar 488.000 euros por danos; ou em Malta, onde um antigo co-proprietário do Satabank falhou na sua tentativa de processar num tribunal búlgaro o blogger maltês Manuel Delia por um artigo publicado num website maltês.

ãNa Sérvia, os processos judiciais abusivos são táticas comuns contra os meios de comunicação social independentes, sendo a organização sem fins lucrativos Crime and Corruption Reporting Network (KRIK em sérvio) especialmente visada.<sup>80</sup> Normalmente, os requerentes solicitam ao tribunal que force os jornalistas e os meios de comunicação social a remover publicações, a pedir desculpa, publicar uma retificação e comprometer-se a não reportar sobre um tópico específico no futuro.

ãNuma apresentação de Outubro de 2021 ao Relator Especial das Nações Unidas sobre a situação dos defensores dos direitos humanos, a coligação anti-SLAPP do Reino Unido acusou o sistema de difamação inglês “como uma jurisdição mais favorável aos demandantes para intimidação legal”. Dois alertas destacaram o caso dos jornalistas britânicos e

---

<sup>78</sup> Balkan Insight, “SLAPP Cases Targeting Many Public Actors Beyond Journalists – Report”, 17 de março de 2022, em: <https://balkaninsight.com/2022/03/17/slapp-cases-targeting-many-public-actors-besides-relatório-de-jornalistas/?msclkid=a656c704a5fb11ecab9d5252522d5d3c>.

<sup>79</sup> Alerta “Croatian News Website Index.hr e seus jornalistas enfrentam 65 ações judiciais”, publicado em 23 de setembro 2021.

<sup>80</sup> Alerta “Meio de investigação sérvio KRIK processado pelo diretor da Agência de Segurança do Estado”, publicado em 20 de maio 2021.

autores, Tom Burgis<sup>81</sup> e Oliver Bullough,<sup>82</sup> que foram processados por difamação depois de terem publicado livros baseados nas suas pesquisas jornalísticas. Este último está a ser processado em Portugal pelo vice-presidente de Angola no valor de 525 mil euros em relação ao seu premiado livro de não ficção, Moneyland. (O caso contra o jornalista do Financial Times Tom Burgis foi arquivado por um juiz do Tribunal Superior em março de 2022).<sup>83</sup>

¶A difamação criminal continua a ser usada como base para acusar e condenar jornalistas. Quatro jornalistas do jornal grego Dimokratia, o editor-chefe, Dimitris Rizoulis, o colunista principal, Manolis Kottakis, e os dois diretores editoriais, Andreas Kapsabelis e Georgios Patroutakis<sup>84</sup> foram acusados de insultar o presidente Erdogan, enquanto o jornalista Hakki Boltan<sup>85</sup> foi condenado a mais de dois anos em prisão por insultar o Chefe de Estado turco e o Primeiro-Ministro. Além disso, Nickolay Stoyanov,<sup>86</sup> editor financeiro do Capital Weekly e do website Capital.bg, foi processado por difamação criminal pelo antigo director do Banco de Desenvolvimento da Bulgária e por um cidadão cipriota mencionado na reportagem.

¶Podem ser apresentadas acusações criminais contra jornalistas com o objectivo de prejudicar o seu trabalho e manchar a sua reputação. As autoridades russas abriram um processo judicial contra o jornalista Yury Dud<sup>87</sup> por "publicitar drogas" em entrevistas em vídeo, enquanto o editor-chefe da revista Legalizace, Robert Verveka<sup>88</sup>, enfrentou acusações semelhantes na República Checa por alegadamente incitar e promover a toxicod dependência através de publicações. Na Eslováquia, os jornalistas Monika Tódová e Konštantín Ľikovský de Dennik N enfrentam acusações criminais por alegadamente terem revelado a identidade de um antigo agente dos serviços secretos que atuou como testemunha secreta na investigação do assassinato de Ján Kuciak.<sup>89</sup>

---

81 Alerta "Jornalista e autor Tom Burgis, HarperCollins e Financial Times processados em Londres", postado em 22 de outubro de 2021.

82 Alerta "Indenizações solicitadas ao jornalista britânico Oliver Bullough em Portugal", publicado em 29 de setembro de 2021.

83 Press Gazette, "Gigante da mineração do Cazaquistão desiste da ação por difamação do FT após o juiz rejeitar a reclamação contra o livro de 'dinheiro sujo' do jornalista", 14 de março de 2022, em: <https://pressgazette.co.uk/juiz-rejeita-reivindicacao-de-difamacao-contra-tom-burgis-kleptopia/>.

84 Alerta "Jornalistas de Dimokratia acusados na Turquia de 'insulto ao Presidente'", publicado em 16 de novembro de 2021.

Alerta 85 "Jornalista turco Hakki Boltan condenado a 2 anos e 17 dias de prisão por insulto Presidente e Primeiro Ministro", postado em 2 de julho de 2021.

86 Alerta "Três Ações por Difamação movidas contra o Editor Financeiro do Jornal Capital Nikolay Stoyanov", postado em 26 de maio de 2021.

87 Alerta "Autoridades russas abrem processo judicial contra o jornalista Yury Dud por 'publicidade de drogas'", postado em 18 de junho de 2021.

88 Alerta "Robert Verveka, editor-chefe da revista Legalizace, acusado de incitar e promover Dependência de Drogas", postado em 4 de novembro de 2021.

Alerta 89 "Jornalistas Dennik N Monika Tódová e Konštantín Ľikovský enfrentam acusações criminais", postado em 21 de setembro de 2021.

## Legislação restritiva



Pov (Madagascar) / Cartooning for Peace

Em 2021, foi introduzida ou ampliada legislação restritiva nos estados membros do Conselho da Europa, com sérias implicações para os jornalistas e para a sua capacidade de exercer a sua profissão.

As leis que criminalizam o jornalismo foram transformadas em armas na **Federação Russa**. As alterações à lei dos agentes estrangeiros introduziram sanções criminais e alargaram ainda mais o âmbito da definição de “agentes estrangeiros” e de “fontes estrangeiras”, alargaram os fundamentos para designar indivíduos como “agentes estrangeiros” e introduziram muitas administrativas. A Comissão de Veneza considera as disposições desta legislação como “constituindo graves violações dos direitos humanos básicos, incluindo as liberdades de associação e expressão”.<sup>90</sup> Em 2021 assistiu-se a um aumento de casos individuais contra jornalistas e meios de comunicação social, levando a uma grave deterioração. do que resta da liberdade de imprensa

---

<sup>90</sup> Comissão Europeia para a Democracia através do Direito (Comissão de Veneza), “Compatibilidade com Padrões internacionais de uma série de projetos de lei apresentados pela Duma Russa entre 10 e 23 de novembro de 2020 para alterar leis que afetam “agentes estrangeiros””, Parecer 1014/2020, 6 de julho 2021.

como meios de comunicação, incluindo RFE/RL,<sup>91</sup> Meduza<sup>92</sup> e Dozhd TV<sup>93</sup>, entre outros, foram designados “agentes estrangeiros”. A lei também foi usada para difamar jornalistas individuais e organizações de comunicação social.<sup>94</sup> (Nota: no rescaldo da invasão da Ucrânia pela Rússia, os restantes meios de comunicação independentes foram forçados a encerrar ou a censurar as suas reportagens).<sup>95</sup>

Na **Grécia**, as alegadas “notícias falsas” foram consideradas crime em novembro de 2021. O Parlamento aprovou uma alteração ao Código Penal e ao Código de Processo Penal que torna crime a difusão de notícias falsas que sejam “capazes de causar preocupação ou medo ao público ou de minar a confiança do público na economia nacional, na capacidade de defesa do país ou saúde pública”, punível com até cinco anos de prisão. Existe um sério risco de que a disposição possa ser utilizada para punir os profissionais dos meios de comunicação social, a sociedade civil e qualquer pessoa que critique ou discorde das políticas governamentais, criando um efeito inibidor sobre a liberdade de expressão e a liberdade dos meios de comunicação social.<sup>96</sup>

Na **Polónia**, o partido no poder Lei e Justiça (PiS) apresentou a chamada lei LEX TVN<sup>97</sup> que proibiria a propriedade não europeia dos meios de comunicação social polacos, numa medida que foi criticada internacionalmente como uma tentativa de minar o pluralismo dos meios de comunicação social e silenciar o jornalismo crítico. Em 27 de dezembro de 2021, o Presidente polaco Andrzej Duda vetou a lei de propriedade dos meios de comunicação social, devolvendo-a ao parlamento para ser reexaminada. O Presidente observou que, embora concordasse com o princípio da lei, este não deveria ser aplicado retroativamente quando os tratados de proteção de investimentos existentes já estivessem em vigor, observando também preocupações sobre os direitos de propriedade, o pluralismo dos meios de comunicação social e a liberdade de expressão.

---

<sup>91</sup> Alerta “Regulador russo anuncia multas para pontos de venda RFE/RL sob lei ampliada de ‘agente estrangeiro’”, publicado em 14 de janeiro de 2021.

<sup>92</sup> Alerta “Ministério da Justiça rotula os Outlets Meduza e PASMI como ‘Agentes Estrangeiros’”, publicado em 28 de abril de 2021.

<sup>93</sup> Alerta “Dozhd TV e IStories marcados como ‘Agentes Estrangeiros’”, publicado em 8 de setembro de 2021.

<sup>94</sup> alertas “Canal de telegrama anônimo publica informações financeiras da jornalista russa Elena Solovyova”, publicado em 15 de fevereiro de 2021; “Jornalista russo Aleksey Mironov interrogado, acusado pela cobertura do protesto de Navalny”, publicado em 11 de março de 2021; “Jornalistas do Proekt Roman Badanin, Mikhail Rubin e Mariya Zholobova interrogados, seus apartamentos invadidos pela polícia”, postado em 30 de junho de 2021.

<sup>95</sup> Columbia Journalism Review, “The Putin regime obliterates press freedom”, 7 de março de 2022, em: [https://www.cjr.org/the\\_media\\_today/putin\\_russia\\_ukraine\\_independent\\_media.php](https://www.cjr.org/the_media_today/putin_russia_ukraine_independent_media.php).

<sup>96</sup> Alerta “Nova Lei contra a Desinformação Ameaça a Liberdade de Imprensa”, publicado em 23 de dezembro de 2021.

<sup>97</sup> Alerta “Projeto de lei para proibir a propriedade de meios de comunicação não europeus”, publicado em 14 de julho de 2021.

## Lei de “agentes estrangeiros” na Federação Russa

A Federação Russa possui extensas leis sobre “agentes estrangeiros”. Retrata-os como um olho-forte para a Lei de Registo de Agentes Estrangeiros Americanos; no entanto, a Comissão de Veneza enfatizou as suas diferenças.<sup>98</sup>

Os jornalistas são particularmente afectados por dois rótulos de “agentes estrangeiros”.

O rótulo de “agente estrangeiro dos meios de comunicação social”<sup>99</sup> pode aplicar-se a qualquer meio de comunicação estrangeiro com financiamento estrangeiro e uma audiência ilimitada. A mídia russa também pode se qualificar se co-criar ou distribuir materiais de “agentes estrangeiros da mídia de massa” enquanto recebe fundos deles ou de fontes estrangeiras. Notavelmente, os materiais podem ser apolíticos e o financiamento não relacionado com eles e indireto. Quaisquer critérios acima também podem tornar os jornalistas russos e estrangeiros “agentes estrangeiros dos meios de comunicação social”.

O nome do rótulo é enganoso. Embora seja aplicado predominantemente à mídia, outras pessoas físicas e jurídicas também se qualificam.

Em 2021, o Ministério da Justiça designou 94 novos “agentes estrangeiros dos meios de comunicação social”, elevando o número total para 111. As adições recentes incluíram a amplamente confiável Mediazona,<sup>100</sup> Medusa,<sup>101</sup> e TV Dozhd.<sup>102</sup>

O rótulo é prejudicial à reputação desses meios de comunicação e discriminatório. Por exemplo, desde Abril de 2021, “agentes estrangeiros” podem ser potencialmente proibidos de cobrir eleições e referendos. Devem indicar sua situação em todos os materiais, relatar suas atividades, gestão e despesas e divulgar os relatórios. As pessoas jurídicas também devem passar por auditorias anuais.

Desde março de 2021, as sanções por incumprimento incluem multas até 5 milhões de rublos (59.500 euros), bloqueio de websites e responsabilidade criminal, incluindo até dois anos de prisão. Em 2021, foram aplicadas pelo menos 894 multas. Pelo menos um meio de comunicação foi forçado a fechar após ser adicionado ao registo.<sup>103</sup>

Indivíduos rotulados e meios de comunicação estrangeiros devem registar entidades jurídicas russas, que também se tornam “agentes estrangeiros” por defeito, sujeitas a outros requisitos e sanções.

O rótulo de “agente estrangeiro individual”, ainda não utilizado, pode aplicar-se a cidadãos russos ou estrangeiros por dois motivos. Primeiro, eles deveriam estar envolvidos em atividades políticas ou coletar certas informações de interesse estrangeiro. Ambas as opções podem incluir jornalismo. Em segundo lugar, deveriam receber “apoio” de uma fonte estrangeira ou de uma fonte russa que actue no seu interesse. Os jornalistas estrangeiros credenciados estão isentos, a menos que exerçam atividades “incompatíveis” com a sua atividade profissional.

---

<sup>98</sup> Comissão Europeia para a Democracia através do Direito (Comissão de Veneza), Parecer n.º 716-717/2013, 27 de junho de 2014, parágrafos 34-36; e Comissão Europeia para a Democracia através do Direito (Comissão de Veneza), Parecer n.º 1014/2020, 6 de julho de 2021, parágrafos 19-23.

<sup>99</sup> Alerta “Rússia: Propostas para Alargar a Lei dos ‘Agentes Estrangeiros’ aos Meios de Comunicação Social”, publicado em 20 de novembro de 2017; Alerta “Comité da Duma aprova legislação para rotular jornalistas individuais como ‘agentes estrangeiros’”, publicado em 4 de julho de 2018.

<sup>100</sup> Justiça para Jornalistas, alerta publicado em 29 de setembro de 2021, em: <https://jfj.fund.ru/jfj/mediazona-6/>.

<sup>101</sup> Justiça para Jornalistas, alerta publicado em 23 de abril de 2021, em: <https://jfj.fund.ru/jfj/meduza-4/>.

<sup>102</sup> Justiça para Jornalistas, alerta publicado em 20 de agosto de 2021, em: <https://jfj.fund.ru/jfj/dozhd-10/>.

<sup>103</sup> Justiça para Jornalistas, “Mapa de Risco”, em: <https://jfj.fund.ru/risk-map/>.

Os “agentes estrangeiros” devem registrar-se junto do regulador, indicar o seu estatuto em materiais e comunicações e reportar as suas atividades e despesas. Desde março de 2021, as sanções por incumprimento incluem multas até 50.000 rublos (600 euros), apreensão do “objeto da infração” (por exemplo, um computador) e responsabilidade criminal, incluindo até cinco anos de prisão.

## Restrições aos relatórios de áreas designadas

As restrições locais à reportagem impostas na Polónia, Letónia, Lituânia e França em resposta às pressões migratórias impediram seriamente o direito dos jornalistas de reportarem assuntos de elevado interesse público.

O argumento oficial de que estas medidas eram necessárias em nome da ordem e da segurança públicas não resistiu a um exame minucioso. O objectivo destas restrições visava impedir que os jornalistas reportassem sobre o tratamento dos refugiados, incluindo violações das normas internacionais.

No início do verão de 2021, aparentemente em retaliação às sanções da UE, as autoridades da Bielorrússia concederam vistos a milhares de potenciais migrantes e requerentes de asilo do Médio Oriente, principalmente do Curdistão iraquiano, com grupos mais pequenos vindos da Síria, Afeganistão e até África, e escoltou-os até às fronteiras ocidentais do país. Os responsáveis de segurança da Bielorrússia ordenaram então a estes homens, mulheres e crianças que tentassem forçar a passagem através das defesas da fronteira.

No dia 5 de Julho, a Lituânia declarou estado de emergência numa área próxima da sua fronteira com a Bielorrússia, depois de deter cerca de 150 migrantes que tinham entrado irregularmente no seu território. As organizações de comunicação social protestaram contra o que chamaram de “uma limitação inaceitável à liberdade dos meios de comunicação social e ao direito do público à informação independente” sobre a crescente crise humanitária.<sup>104</sup> Como resultado, foi estabelecido um sistema de acreditação para permitir o acesso controlado aos meios de comunicação social. A Letónia adoptou um sistema de acreditação semelhante depois de impor um estado de emergência local na sua zona fronteiriça em 10 de Agosto.

Na Polónia, após uma onda de passagens fronteiriças por migrantes, um decreto presidencial de 2 de Setembro impôs o estado de emergência cobrindo uma zona de três quilómetros de largura no lado polaco da fronteira. Incluía restrições gerais ao acesso dos meios de comunicação social e de organizações da sociedade civil, poderes policiais para prender pessoas que violassem as regras e sanções não especificadas para gravações técnicas feitas na área designada, sem isenção para jornalistas.

O governo alegou que as medidas foram tomadas apenas para garantir a ordem e a segurança públicas,<sup>105</sup> mas a sua legalidade foi questionada pelos meios de comunicação social, pelas organizações jornalísticas e pelo Provedor de Justiça nacional da Polónia. Em 12 de Outubro, a proibição foi prorrogada sob a autoridade do Ministro do Interior. Os jornalistas renovaram os seus protestos por terem sido impedidos de reportar alegações de

---

<sup>104</sup> LRT, “Os meios de comunicação lituanos apelam às autoridades para permitir o acesso à fronteira, dizem que as restrições atuais são ‘inaceitáveis’”, 6 de setembro de 2021, em: <https://bit.ly/35VpVFi>.

<sup>105</sup> Resposta do Estado da Polónia, em alerta “Poland Bans Media Coverage in Poland/Belarus Border Area”, 14 de dezembro de 2021, em: <https://rm.coe.int/poland-en-reply-poland-bans-media-coverage-in-polandbielarus-border-are/1680a4e02b>.

maus-tratos e negligência de migrantes e refugiados, recusa em permitir o registo de pedidos de asilo e retrocessos, ou seja, regressos de migrantes que cruzaram a fronteira. Em 19 de Novembro, a Comissária do Conselho da Europa para os Direitos Humanos, Dunja Mijatović, apelou ao fim da exclusão dos trabalhadores dos meios de comunicação social e dos actores dos direitos humanos, para que as violações dos direitos humanos e a situação dos migrantes pudessem ser monitorizadas, denunciadas e remediadas. Ela citou relatos de represálias, assédio e intimidação de pessoas em extrema necessidade dentro e fora da área restrita. Várias mortes foram relatadas entre aqueles acampados com pouco ou nenhum abrigo ou assistência na área fronteiriça.<sup>106</sup>

Em Setembro, uma equipa de vídeo composta por duas pessoas do ONET, um dos maiores portais polacos, foi ameaçada de processo criminal por filmar perto da área restrita.<sup>107</sup> Em Novembro, três fotógrafos que tiraram imagens de guardas de fronteira fora da área restrita foram algemados e maltratados antes de ser libertados. Os guardas exigiram ver as imagens que tinham tirado, mas nenhuma fotografia foi apagada.<sup>108</sup> Repórteres da ARTE que se desviaram para a zona restrita foram detidos durante 24 horas. Foram punidos com uma advertência por um tribunal local e o Provedor de Justiça da Polónia solicitou posteriormente ao Supremo Tribunal que anulasse o veredicto, alegando que a proibição do acesso dos meios de comunicação social à zona fronteiriça era inconstitucional. Em Janeiro de 2022, o Supremo Tribunal concordou e anulou o veredicto.<sup>109</sup>

Em 30 de novembro, quando o estado de emergência expirou, o Ministério do Interior polaco anunciou que iria aplicar um regulamento denominado Proibição Temporária de Permanência numa Área Especificada até 1 de março de 2022. De acordo com as novas disposições, os jornalistas foram autorizados a candidatar-se à fronteira guardada para obter permissão para entrar na área acompanhados por funcionários.<sup>110</sup>

Em França, os jornalistas que tentaram reportar operações policiais para evacuar pessoas dos campos de migrantes na região de Calais foram sistematicamente rejeitados. Os jornalistas protestaram contra o que consideram ser uma aplicação policial excessivamente rigorosa do "perímetro de segurança" em torno do campo, o que impede a comunicação social de informar sobre os métodos utilizados para levar a cabo o crime.

---

<sup>106</sup> Conselho da Europa, "O Comissário apela ao acesso imediato dos intervenientes internacionais e nacionais dos direitos humanos e dos meios de comunicação social à fronteira da Polónia com a Bielorrússia para acabar com o sofrimento humano e as violações dos direitos humanos", 19 de novembro de 2021, em: <https://www.coe.int/pt/web/commissioner/-/comissario-pede-acesso-imediato-de-atores-e-de-midia-de-direitos-humanos-internacionais-e-nacionais-a-fronteira-da-polonia-com-a-bielorrussia-para-acabar-hu>.

Alerta 107, "Jornalista e operador de câmara da ONET acusados de reportagem da fronteira Polónia/Bielorrússia Área", postado em 8 de setembro de 2021.

Alerta 108, "Polónia proíbe cobertura mediática na zona fronteiriça Polónia/Bielorrússia", publicado em 15 de novembro de 2021.

Alerta 109, "Tripulação da ARTE TV detida e processada após entrar na área fronteiriça entre Polónia e Bielorrússia", publicado em 8 de outubro de 2021.

Alerta 110, "Polónia proíbe cobertura mediática na zona fronteiriça Polónia/Bielorrússia", publicado em 15 de novembro de 2021.

remoções forçadas.<sup>111</sup> Num acórdão de 3 de fevereiro de 2021, o Conselho de Estado francês rejeitou o recurso interposto por dois jornalistas independentes que foram impedidos de entrar. Deliberou que os perímetros de segurança estabelecidos pela polícia não ultrapassaram o necessário para garantir a segurança das operações nem interferiram de “forma grave e manifestamente ilegal” no exercício da profissão dos jornalistas. Os sindicatos de jornalistas SNJ e SNJ-CGT, bem como as associações de jornalistas de 35 meios de comunicação, incluindo Le Monde, Le Figaro, Libération, France 2 e Radio France, denunciaram este obstáculo ao trabalho legítimo dos jornalistas e a negação da liberdade do público. direito de ser informado. “A proteção da ordem pública superou a liberdade de reportar”, expressou com pesar Vincent Brengarth, advogado do Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ).

---

Alerta 111, “Os jornalistas Louis Witter e Simon Hamy negaram acesso aos campos de refugiados durante Despejo”, postado em 6 de janeiro de 2021.

## Campanhas de assédio e difamação



Ramsés (Cuba) / Cartooning for Peace

Um total de 110 alertas relativos a assédio e intimidação de jornalistas foram publicados na Plataforma em 2021, em comparação com 70 em 2020. O maior número de casos foi registado na Polónia, na Federação Russa, na Sérvia, na Eslovénia e no Reino Unido. As campanhas de assédio e difamação têm um forte efeito inibidor sobre os jornalistas e os trabalhadores dos meios de comunicação social. Podem causar danos psicológicos significativos e também representar um risco para a segurança física das vítimas, que podem recorrer à autocensura para evitar serem alvo

A maioria das ameaças denunciadas contra jornalistas em 2021 foram dirigidas à vida, à saúde e à integridade física das vítimas.<sup>112</sup> A maioria destas ameaças foram

<sup>112</sup> Alertas "Jornalista russa Natalia Zubkova escondida após ataque e ameaças de morte", publicado em 4 de março de 2021; "Jornalistas do portal Južne Vesti recebem ameaças de morte", publicado em 14 de janeiro de 2021; "Polícia prende suspeitos por suposta conspiração de assassinato do jornalista grego Kostas Vaxevanis", publicado em 3 de maio de 2021; "Jornalista Camilla Tominey recebe ameaças de morte online", publicado em 28 de junho de 2021; "O jornalista Marko Vidjoković recebeu ameaça de morte via Instagram", publicado em 22 de junho de 2021; "Jornais do Chipre recebem ameaças e ataques cibernéticos", publicado em 14 de junho de 2021; "Jornalista Russo Timur Mazayev recebe ameaças de morte por causa de postagem no Instagram do Ossetia News", postado em 3 de maio de 2021; "Empresário búlgaro ameaça de morte o jornalista investigativo Dimitar Stoyanov", publicado em 14 de abril de 2021; "Jornalista Nadiya Lazzouni ameaçada de morte", publicado em 11 de abril de 2021; "Jornalista Esra Aygin recebe ameaças de morte após criticar o 'presidente cipriota do norte' Ersin Tatar", publicado em 18 de janeiro de 2021; "Jornalista esloveno Erik Valenčič recebe ameaça de morte", publicado em 29 de setembro de 2021; "O jornalista do Jiyun News, Idris Yayla, recebe ameaças de morte", publicado em 28 de setembro de 2021.

perpetrados por pessoas desconhecidas por escrito e comunicados online, com ameaças por telefone identificadas como uma nova tendência em 2021. Embora os alertas sobre o assunto digam predominantemente respeito à Federação Russa, à Sérvia, a Chipre e à Bulgária, estes actos apontam para um nível preocupante de violência nos meios de comunicação social. ataques em toda a Europa, o que corrói a liberdade dos jornalistas e reduz o nível de violência contra a imprensa.

Os alertas de 2021 relatam insultos e difamações de reputação perpetrados por entidades privadas, principalmente por escrito e através das redes sociais, mas também pessoalmente e por artigos de notícias.<sup>113</sup>

As jornalistas do sexo feminino continuaram a ser particularmente alvo de ameaças e abusos online. A jornalista Tanja Milevska, radicada em Bruxelas, enfrentou trollagem online baseada em gênero depois de responder no Twitter a um tópico misógino relacionado à comunidade de jogos. Desde 29 de dezembro de 2020, Milevska recebeu centenas de mensagens de usuários do Twitter. As mensagens incluíam insultos de natureza sexual; Foram oferecidos 1.000 euros a qualquer pessoa que hackeasse o perfil do jornalista no Twitter.<sup>114</sup> De acordo com um relatório da UNESCO de 2021, "O arrepio: Tendências globais na violência online contra mulheres jornalistas", 73% das mulheres jornalistas inquiridas foram insultadas, intimidadas e ameaçadas online, em conexão com seu trabalho.<sup>115</sup>

Os alertas de 2021 documentam ainda ameaças anónimas alegadamente de grupos ou indivíduos extremistas, principalmente online, mas também através de chamadas telefónicas e cartas anónimas.<sup>116</sup>

---

<sup>113</sup> Alertas "Diretor Regional da França 3 recebeu ameaças", publicado em 9 de maio de 2021; "Ameaças ao Montenegro Jornalista Milka Tadic-Mijovic", postado em 19 de agosto de 2021; "Partido de extrema direita Vox emite ameaça velada contra editora de revistas", publicado em 12 de julho de 2021; "Padre católico suspenso faz discurso homofóbico contra o jornalista Piotr ýtynicki da Gazeta Wyborcza", publicado em 28 de janeiro de 2021; "Jornalista Philippe Carlot acusado de apoiar o 'fascismo islâmico', publicado em 31 de março de 2021; "KRIK Alvo de alegações de ligações a um grupo criminoso", publicado em 10 de março de 2021; "Vídeo Online Aconselha Jornalistas da NOS a 'Fugirem da Holanda'", publicado a 26 de janeiro de 2021; "Torrent de Online Abusos e ameaças aos jornalistas portugueses Pedro Coelho, José Silva e Andres Gutierrez", publicado em 6 de janeiro de 2021; "Jornalista Tanja Milevska enfrenta campanha difamatória online no Twitter", postado em 6 de janeiro de 2021; "Jornalista suíça Cathy Macherel enfrenta insultos online de ensaísta de extrema direita", publicado em 17 de setembro de 2021.

Alerta <sup>114</sup> "Jornalista Tanja Milevska enfrenta campanha difamatória online no Twitter", postado em 6 de janeiro 2021.

<sup>115</sup> UNESCO, "The Chilling: Global Trends in Online Violence against Women Journalists", em: <https://en.unesco.org/publications/thechilling>.

<sup>116</sup> Alertas "Jornalista russo Vasily Vaysenberg ameaçado", publicado em 30 de março de 2021; "Pacote e Carta ameaçadora encontrada fora das instalações do VLT", publicada em 11 de fevereiro de 2021; "Campanha de falsificação contra o blogueiro maltês Manuel Delia, a ONG Repubblica e os sites de notícias", publicado em 31 de agosto de 2021; "Jornalista Isabelle Kersimon alvo de ataques online", publicado em 4 de junho de 2021; "Canal anônimo de telegrama publica informações financeiras da jornalista russa Elena Solovyova", publicado em 18 de fevereiro de 2021; "Programa de TV cancelado devido a 'grave ameaça' contra a redação", postado em 13 de julho de 2021.

As plataformas da Internet e as autoridades estatais são lentas em garantir a responsabilização por ataques online, mesmo quando foram apresentadas queixas formais. As campanhas difamatórias às vezes usavam técnicas on-line elaboradas, como o spoofing (o ato criminoso de se disfarçar com contas de e-mail confiáveis). Em agosto de 2021, foram realizados ataques de falsificação contra o blogueiro maltês Manuel Delia, a ONG maltesa Repubblika e os sites de notícias Newsbook, Net News, Lovin Malta, TVM e StradaRjali. O primeiro-ministro de Malta, Robert Abela, acabou por condenar a crescente campanha de desinformação.<sup>117</sup>

Onze alertas sobre insultos e campanhas difamatórias confirmam que persistem ataques verbais perpetrados por representantes de autoridades públicas, incluindo chefes de governo e de estado activos. Em 24 de Maio de 2021, o Presidente da Presidência da Bósnia e Herzegovina, Milorad Dodik, ameaçou a jornalista Tanja Topic e a sua família numa declaração à agência noticiosa SRNA da Republika Srpska, chamando-a de "uma agente do serviço de inteligência estrangeiro alemão".<sup>118</sup> O número de alertas sobre esta questão na Eslovénia aumentou significativamente em 2020 e 2021. Em 6 de junho de 2021, o Primeiro-Ministro Janez Janša tuitou que a Comissária do Conselho da Europa para os Direitos Humanos, Dunja Mijatović, "faz parte da rede #fakenews" em um comentário sobre o seu recente memorando sobre liberdade de expressão e liberdade de imprensa na Eslovénia.<sup>119</sup>

## Assédio administrativo

Os alertas de 2021 documentam muitas emitidas a meios de comunicação social na Crimeia e na Turquia ocupadas pela Rússia, a proibição de um website de notícias e a suspensão da transmissão de vários canais de televisão por decreto presidencial na Ucrânia, a retirada da acreditação de meios de comunicação críticos na República Checa e na Albânia, a expulsão de um jornalista da Rússia e a restrição do acesso a edifícios públicos e a funcionários na Albânia.<sup>120</sup>

---

Alerta 117, "Campanha de falsificação contra o blogueiro maltês Manuel Delia, ONG Repubblika e sites de notícias", publicado em 31 de agosto de 2021.

Alerta 118, "Tópico da jornalista Tanja ameaçado pelo presidente da Presidência da Bósnia e Herzegovina", postado em 28 de maio de 2021.

119 Alerta, "O primeiro-ministro Janša tenta desacreditar o relatório do Comissário para os Direitos Humanos sobre Liberdade de Mídia na Eslovénia", postado em 11 de junho de 2021.

120 alertas "Editor-chefe de multas do tribunal da Crimeia do jornal Qırım", publicado em 23 de abril de 2021; "Rádio Conselho Superior de Televisão Multa Canais de TV pela Cobertura de Incêndios Florestais", postado em 9 de setembro de 2021; "Site de notícias ucraniano Strana.ua banido", publicado em 25 de agosto de 2021; "Canais de TV 112 Ucrânia, NewsOne e ZIK TV suspensos por decreto presidencial", publicado em 5 de fevereiro de 2021; "O A Presidência da República Checa exclui cinco meios de comunicação social da sua comunicação", publicado em 28 de maio de 2021; "Primeiro-ministro albanês censura perguntas de jornalistas do Kosovo durante a conferência de imprensa de Merkel", publicado em 15 de maio de 2021; "Jornalistas enfrentarão novas restrições de movimento dentro do Parlamento", publicado em 11 de junho de 2021; "Jornalista da BBC Sarah Rainsford será expulsa da Rússia", postado em 17 de agosto 2021.

Na Turquia, o Conselho Supremo da Rádio e da Televisão (RTÜK) continuou a aplicar multas como ferramenta para silenciar conteúdos críticos e independentes dos meios de comunicação social. Em agosto, a RTÜK impôs sanções a seis canais de televisão em resposta à sua cobertura dos incêndios florestais no país. Em 24 de dezembro, o membro da oposição da RTÜK, İlhan Taşçı, anunciou na sua conta nas redes sociais que, em 2021, o regulador de radiodifusão da Turquia impôs 71 multas no valor de 21,5 milhões de liras turcas (1,6 milhões de euros) a canais de televisão críticos do governo.<sup>121</sup>

---

<sup>121</sup> Expressão interrompida, "Liberdade de expressão e imprensa na Turquia", 26 de dezembro de 2021, em: <https://www.expressioninterrupted.com/freedom-of-expression-and-the-press-in-turkey-325/>.

## Mídia de serviço público

ÿO papel dos meios de comunicação social de serviço público (PSM) é há muito reconhecido pelo Conselho da Europa.<sup>122</sup> Os seus valores (universalidade e diversidade), as suas orientações editoriais (que incluem imparcialidade e precisão)<sup>123</sup> e os seus padrões relacionados com a sua missão, financiamento e governação, incluindo no ambiente em linha e nas plataformas, deverão torná-los instituições indispensáveis em sociedades verdadeiramente democráticas. PSM independentes e bem financiados estão geralmente associados a democracias saudáveis.

ÿO PSM em quase todas as partes da Europa enfrentou em 2021 uma nova onda de pressões que ameaçaram ou minaram a independência editorial. As críticas públicas e as demonstrações de antagonismo aos meios de comunicação social públicos durante a pandemia de Covid-19 amplificaram essa tendência, uma vez que a PSM, embora considerada a marca de notícias mais confiável em muitos países europeus, foi frequentemente acusada de preconceito político ou culpada por fornecer notícias e informações indesejáveis.

ÿDe acordo com o Monitor do Pluralismo dos Meios de Comunicação Social de 2021, o número de países onde a independência da governação e do financiamento dos meios de comunicação social de serviço público está em risco (dos 32 países abrangidos) aumentou de doze em 2020 para quinze em 2021.<sup>124</sup>

ÿAlém do aumento geral da hostilidade pública contra jornalistas em protestos e eventos de rua, os meios de comunicação social de serviço público têm enfrentado ameaças concertadas à sua viabilidade a longo prazo, à medida que os governos tomam medidas para restringir a sua independência editorial, afirmar o controlo político sobre a sua governação e negar o financiamento necessários para atender adequadamente o público. Também foram desafiados por um ambiente regulamentar em mudança e pelo domínio das plataformas tecnológicas globais.

ÿEm março de 2021, na República Checa, a Comissão Eleitoral da Câmara dos Deputados apresentou uma lista restrita de candidatos, todos afiliados ao partido no poder, para o órgão governamental que supervisiona o serviço público de radiodifusão, em claro desrespeito pela Lei sobre Televisão Checa, que consagra a independência política. No entanto, no final de 2021, estavam em discussão novas alterações para proteger melhor o PSM de interferências políticas.<sup>125</sup>

---

<sup>122</sup> Conselho da Europa, página web dos meios de comunicação social de serviço público, em: <https://www.coe.int/en/web/liberdade-de-expressao/midia-de-servico-publico>.

<sup>123</sup> União Europeia de Radiodifusão, "Valores de Serviço Público, Princípios Editoriais e Diretrizes", 22 de agosto de 2014, em: <https://www.ebu.ch/guides/public-service-values-editorial-principles>.

<sup>124</sup> Centro para o Pluralismo e a Liberdade dos Meios de Comunicação Social, "MPM2020 Executive Summary", em: <https://cmpf.eui.eu/mpm2020-executive-summary/>, <https://cmpf.eui.eu/mpm2021-results/>.

<sup>125</sup> Instituto Internacional de Imprensa, "Após eleições checas, novo impulso para a independência dos meios de comunicação públicos (HlidacíPes)", 1 de dezembro de 2021, em: <https://ipi.media/after-czech-elections-new-push-for-public-media-independencia/>.

Na Ucrânia, depois de o vice-chefe do governo ter criticado a “falta de neutralidade” da emissora nacional UA:PBC, o governo propôs alterar a estrutura do seu conselho de supervisão e nomeou o próprio presidente do conselho, uma medida que, como afirmaram os parceiros da Plataforma num alerta, “poderia desafiar a sua independência e expor a política editorial da UA:PBC à influência política”. Após o protesto da comunidade internacional, este projeto foi abandonado. O processo de transformação de uma emissora estatal em um meio de comunicação de serviço público está bastante avançado, mas o seu financiamento sustentável ainda não foi estabelecido.<sup>126</sup>

Mesmo em países que aderem formalmente aos padrões europeus de independência dos meios de comunicação social públicos, os partidos políticos no governo têm utilizado a radiodifusão pública para denegrir os seus oponentes e procuram moldar a opinião pública para os ajudar a ganhar eleições.

O partido Lei e Justiça (PiS) no poder na Polónia assumiu um firme controlo político sobre os meios de comunicação de serviço público logo após a sua posse pela primeira vez em 2015. Em dezembro de 2021, um grupo de membros críticos do Conselho Consultivo do Programa da Televisão Polaca (TVP) apresentou um protesto formal ao regulador dos meios de comunicação KRRIT contra o que eles disseram ser a consistente tendência pró-governo da emissora nacional, em violação de uma obrigação legal de “pluralismo, imparcialidade e moderação”. Um exemplo notável foi o facto de os boletins noticiosos da TVP transmitirem repetidamente videoclips do líder da oposição de centro-direita, Donald Tusk, antigo chefe do Conselho Europeu, pronunciando as palavras “für Deutschland”. O extracto foi retirado de um discurso não relacionado feito muitos anos antes, mas foi usado para reforçar uma narrativa partidária de que Tusk era um fantoche alemão com a intenção de estabelecer o domínio da Alemanha sobre a Polónia.<sup>127</sup> O partido no poder também tentou, sem sucesso, introduzir legislação que proibisse a propriedade estrangeira de bens polacos. mídia (ver seção Legislação Restritiva).

Todas as emissoras públicas afiliadas à UER dos estados membros do Conselho da Europa subscrevem formalmente os princípios fundamentais do PSM de universalidade, imparcialidade e responsabilização, mas algumas delas têm o carácter de “meios de comunicação estatais”. Durante 2021, todo o conselho executivo da Corporação Turca de Rádio e Televisão (TRT) foi substituído por decreto presidencial, consolidando o preconceito pró-governo existente na sua produção.<sup>128</sup>

---

Alerta 126, “Independência do Conselho Fiscal da Emissora Pública Desafiada”, postou 11 de junho de 2021.

<sup>127</sup> Euractiv, “Juncker diz ‘inaceitável’ ligar Tusk a Hitler e Stalin na Polónia”, 7 de maio de 2019, em: <https://www.euractiv.com/section/elections/news/juncker-says-unacceptable-to-link-pres-a-hitter-e-stalin-na-polonia/>.

<sup>128</sup> Public Media Alliance, “Turkey: Mission finds Continuous Pressures on Independent Media”, 12 de outubro de 2021, em: <https://bit.ly/3KTS3ra>.

Os jornalistas do PSM eram particularmente vulneráveis a ataques verbais ou físicos em protestos e manifestações públicas. Manifestantes antivacinas invadiram a redação da RTV Eslovênia, jornalistas da BBC enfrentaram ameaças de morte por parte dos manifestantes e o editor político do Newsnight da BBC teve que fugir de ativistas anti-lockdown furiosos. Uma equipa de reportagem da França 3 foi agredida e o seu cinegrafista ferido quando cobria uma manifestação contra as medidas de mitigação da Covid-19; jornalistas da France 2 foram chutados e perseguidos por uma multidão num protesto em Marselha. Na Áustria, o pessoal da ORF foi instruído a não usar o logótipo da empresa nem a apresentar-se como trabalhando para o PSM ao reportar as manifestações da Covid-19.

Na Geórgia, equipas de filmagem que trabalhavam com o PSM foram atacadas e assediadas verbalmente enquanto faziam reportagens sobre confrontos nas ruas. Durante um protesto anti-LGBTQI+ à margem do Orgulho de Tbilisi de 2021, vários jornalistas foram agredidos e um cinegrafista da Emissora Pública da Geórgia precisou de tratamento hospitalar.<sup>129</sup> Uma equipa da ARTE TV foi detida e processada após entrar na Polónia/Zona fronteiriça da Bielorrússia, realizando entrevistas sobre o estado de emergência e a situação dos migrantes.<sup>130</sup>

Além dos ataques físicos, as ameaças online têm aumentado. Os funcionários e jornalistas da NOS foram "aconselhados" a fugir dos Países Baixos porque "alguma coisa lhes seria feita".<sup>131</sup> Na Bélgica, um jornalista da RTBF foi alvo de insultos no Facebook e no Twitter, onde foi acusado de apoiar o "fascismo islâmico".<sup>132</sup>

Um forte efeito inibidor é exercido sobre o PSM quando as autoridades estatais repreendem os jornalistas dos meios de comunicação nacionais. O presidente croata Milanovic chamou um jornalista da HRT de "trapaceiro", "mercenário" e "uma vergonha para o país".<sup>133</sup> Um político sérvio de extrema direita, Vojislav Šešelj, criticou uma jornalista da RTRS, fazendo alegações insultuosas sobre sua vida privada. Ilić<sup>134</sup> e o primeiro-ministro esloveno Janez Janša acusaram o correspondente da ARD alemã de propaganda ao estilo nazista.<sup>135</sup>

---

Alerta 129, "Mais de 50 jornalistas atacados durante a Marcha do Orgulho em Tbilisi", publicado em 5 de julho de 2021.

Alerta 130, "Tripulação da ARTE TV detida e processada após entrar na área fronteiriça da Polónia/Bielorrússia", publicado em 8 de outubro de 2021.

Alerta 131, "Vídeo Online Aconselha Jornalistas da NOS a 'Fugir dos Países Baixos'", publicado a 26 de janeiro de 2021.

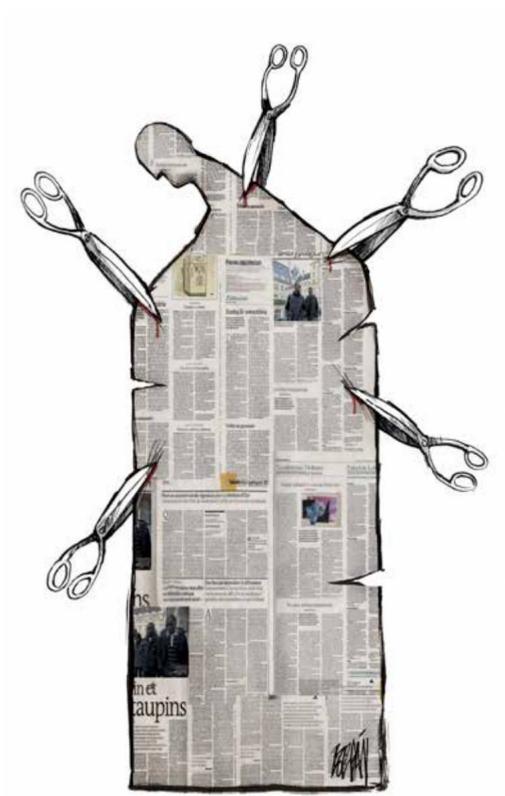
Alerta 132, "Jornalista Philippe Carlot acusado de apoiar o 'fascismo islâmico'", publicado em 31 de março de 2021.

Alerta 133 "O presidente croata Milanovic atacou verbalmente jornalistas da HRT", publicado em 11 de maio de 2021.

Alerta 134 "Jornalista da RTRS Nataša Miljanović-Zubac abusada verbalmente por político sérvio", publicado em 4 de fevereiro de 2021.

Alerta 135 "Primeiro Ministro Esloveno acusa Nikolaus Neumeier, correspondente da ARD, de estilo nazista Propaganda após crítica", postado em 14 de abril de 2021.

## Captura de mídia e concentração de propriedade



Boligán (México) / Cartooning for Peace

ãA captura estatal dos meios de comunicação social permite que os governos assumam o controlo indirecto sobre as posições editoriais nas redações sem ter de usar a força, invadir redações ou prender jornalistas críticos. A captura estatal dos meios de comunicação social pode, portanto, ocorrer de forma oculta, provocando muito poucos alertas sobre a liberdade dos meios de comunicação social que possam chamar a atenção para um fenómeno que prejudica dramaticamente a liberdade de imprensa e o pluralismo dos meios de comunicação social.

ãA Rússia, o Azerbaijão e a Turquia praticaram uma forma extrema de captura dos meios de comunicação social, tendo estabelecido há muito tempo um setor de propaganda mediática totalmente dominante, composto por meios de comunicação estatais, mas também por empresas comerciais nominalmente independentes que, na prática, fazem parte de uma armada comprimento comunicações estaduais

aparelho. Um pequeno setor independente que ganha a vida na periferia do debate público é tolerado para manter a aparência de pluralismo da mídia, embora na Federação Russa, mesmo isso esteja agora ameaçado com a listagem dos principais meios de comunicação independentes como agentes estrangeiros em 2021.<sup>136</sup>

•O regulador de radiodifusão da Turquia, o Conselho Supremo de Rádio e Televisão (RTÜK), foi acusado de quebrar sistematicamente a sua obrigação legal de agir imparcialmente ao impor sanções punitivas e desproporcionais a estações de televisão e rádio independentes que criticam o governo, ao mesmo tempo que não agia contra transgressões por parte de -mídia governamental.<sup>137</sup>

•Um estudo realizado pelo Media Ownership Monitor independente da Turquia concluiu que oito dos dez jornais diários mais lidos no país pertencem a proprietários afiliados ao governo; e de acordo com a Repórteres Sem Fronteiras (RSF), 85% dos meios de comunicação nacionais na Turquia são propriedade de empresários pró-governo.<sup>138</sup>

•Em Novembro de 2021, o Kyiv Post da Ucrânia, uma importante fonte de notícias e informações independentes, foi encerrado abruptamente na sequência de uma disputa sobre a independência editorial. Os jornalistas, no entanto, rapidamente contra-atacaram, relançando -se em Dezembro sob o novo título Kyiv Independent. 139

•Dentro da União Europeia, a Hungria estabeleceu o nível mais avançado de captura estatal dos meios de comunicação social, e tentativas de replicar o seu modelo, adaptado a cada contexto nacional e com graus variados de sucesso, foram feitas na Polónia e na Eslovénia.

•Em 2021, o conselho de comunicação social controlado pelo partido Fidesz recusou-se a renovar a licença da última grande estação de rádio independente da Hungria, Klubrádió, e o Tribunal Superior rejeitou o seu recurso em setembro. A decisão foi tomada apesar de a Comissão Europeia ter lançado um processo de infração contra a Hungria por violar as regras das telecomunicações da UE no tratamento "discriminatório" de Klubrádió<sup>140</sup>

---

<sup>136</sup> Alerta "Dozhd TV e IStories marcados como 'Agentes Estrangeiros', publicado em 8 de setembro de 2021.

<sup>137</sup> Centro de Liberdade de Estocolmo, "Turkey's Broadcasting Watchdog Muls Stations Critical of gov't \$1.84 Million in 2021", 24 de dezembro de 2021, em: <https://stockholmcf.org/turkeys-broadcasting-watchdog-fines-stations-critical-of-govt-1-84-milhoes-em-2021/>.

<sup>138</sup> Media Ownership Monitor Turkey, "Political Affiliations", em: <https://turkey.mom-rsf.org/en/descobertas/afiliações-políticas/>.

<sup>139</sup> Instituto Internacional de Imprensa, "Ucrânia: Após súbita demissão, ex-Kyiv Post staff regroup to launch Kyiv Independent", 24 de dezembro de 2021, em: <https://ipi.media/ukraine-after-sudden-dismissal-ex-kyiv-pós-reagrupar-equipe-para-lançar-kyiv-independente/>; Euractiv, "Kyiv Post fechado, todo o pessoal despedido sem aviso prévio", 9 de novembro de 2021, em: <https://www.euractiv.com/section/digital/noticias/kyiv-post-shut-down-toda-equipe-demitida-sem-aviso/>.

<sup>140</sup> Instituto Internacional de Imprensa, "IPI congratula-se com os procedimentos de infração da UE contra a Hungria sobre o silenciamento de Klubrádió", 9 de junho de 2021, em: <https://ipi.media/ipi-welcomes-eu-infraction-proceedings-against-hungary-over-silencing-of-klubradio/>.

sublinhando como a politização do poder judicial anda frequentemente de mãos dadas com a captura estatal dos meios de comunicação social.

Na Polónia, o regulador da concorrência UOKiK apressou-se a aprovar a aquisição do gigante regional dos meios de comunicação social Polska Press pela empresa estatal de energia PKN Orlen. Um congelamento temporário imposto à venda após um recurso contra a compra por motivos de pluralismo dos meios de comunicação social<sup>141</sup> pelo Provedor de Direitos Humanos, então Adam Bodnar, não impediu uma purga de editores independentes.<sup>142</sup> A Polska Press foi vendida pelo alemão Verlagsgruppe Passau, reflectindo outro ingrediente chave. À captura do Estado, à fuga – em alguns casos impulsionada pelo governo – de investidores estrangeiros e à sua substituição estratégica por investidores. Os esforços subsequentes para forçar a empresa norte-americana Discovery a vender as suas acções na TVN através da chamada lei lex-TVN aprovada pelo Parlamento em Dezembro, acabaram por ser vetados pelo Presidente após intensa pressão dos EUA.<sup>143</sup>

O governo checo de Andrej Babiš, o empresário bilionário, há muito que utiliza a sua propriedade da empresa de comunicação social dominante do país, Mafra, para gerar cobertura favorável e influenciar outros meios de comunicação de propriedade de oligarcas. A emissora pública, a TV Checa, ao tentar impor nomeações políticas para o conselho de administração, em violação dos requisitos representacionais.<sup>144</sup> A derrota do ANO (o partido fundado por Andrej Babiš) nas eleições de Novembro proporciona uma rara oportunidade para reforçar as salvaguardas contra a captura dos meios de comunicação social.<sup>145</sup>

O governo esloveno de Janez Janša deixou a agência de notícias estatal de fome<sup>146</sup> de financiamento durante nove meses até assinar um novo contrato restritivo que aumentou a supervisão do governo através do seu gabinete de comunicações. Separadamente, o partido no poder, SDS, enfrentou acusações de intromissão politizada nas redacções.

---

<sup>141</sup> Instituto Internacional de Imprensa, "Polónia: a compra de meios de comunicação pela PKN Orlen viola as regras de fusão da UE e os padrões de pluralismo dos meios de comunicação", 14 de junho de 2021, em: <https://bit.ly/3wc0hqy>.

<sup>142</sup> Instituto Internacional de Imprensa, "Polónia: Começa a purga de editores apesar de decisão judicial suspender compra da Polska Press", 30 de abril de 2021, em: <https://bit.ly/3thz6su>

<sup>143</sup> International Press Institute, "Poland: Veto of 'lex-TVN' a win for media freedom", 10 de janeiro de 2022, em: <https://ipi.media/poland-veto-of-lex-tvn-a-victory-for-media-freedom/> <sup>144</sup> International Press Institute, "Preocupações sobre o aumento da intromissão na independência da emissora pública checa", 1 de abril de 2021, em: <https://ipi.media/concerns-over-increasing-meddling-in-independence-of-czech-public-broadcaster/>.

<sup>145</sup> Instituto Internacional de Imprensa, "Após eleições checas, novo impulso para a independência dos meios de comunicação públicos (HilidaciPes)", 1 de dezembro de 2021, em: <https://ipi.media/after-czech-elections-new-push-for-public-media-independência/>.

<sup>146</sup> Alerta "Agência de Imprensa Eslovena (STA) sob pressão financeira do governo", publicado 13 Abril de 2021.

através da demissão de editores de notícias, enquanto as recentes mudanças na programação da RTV Eslovénia suscitaram protestos do pessoal e acusações de interferência política.<sup>147</sup>

A utilização indevida de fundos governamentais para impulsionar canais de propaganda pró-governamentais é endêmica na Hungria e na Polónia e cada vez mais na Eslovénia. Também tem sido abertamente abusada na Grécia.<sup>148</sup> Na Áustria, a distribuição de anúncios governamentais aos meios de comunicação social com base no favoritismo político e não na qualidade tem sido desde há muito uma questão preocupante. Alegações sobre a utilização de dinheiro público para adquirir cobertura favorável para o antigo chanceler austríaco Sebastian Kurz levaram à sua saída abrupta em Outubro.<sup>149</sup> A verdadeira extensão do problema é difícil de avaliar, uma vez que os detalhes dos contratos públicos se escondem atrás da "confidencialidade comercial" e de uma falta de auditoria transparente das contas públicas.

---

<sup>147</sup> Instituto Internacional de Imprensa, "Eslovénia: Preocupações sobre alterações controversas à programação RTV", 25 de novembro de 2021, em: <https://ipi.media/slovenia-concerns-over-controverso-changes-to-rtv-programming/>.

<sup>148</sup> Alerta "Mídia crítica grega excluída ou marginalizada do pacote de financiamento estatal durante a Covid-19", publicado em 23 de julho de 2020.

<sup>149</sup> Politico, "Sebastian Kurz da Áustria renuncia em meio a uma investigação de corrupção", 9 de outubro de 2021, em: <https://www.politico.eu/article/austrias-sebastian-kurz-resigns/>.

## Spyware Pegasus usado para atingir jornalistas na Euro



Rayma (Venezuela) / Cartooning for Peace

ãA vigilância tem um grande impacto no jornalismo. Aumenta a vulnerabilidade dos jornalistas, uma vez que podem ser constantemente rastreados por intervenientes estatais ou não estatais. Ameaça a confidencialidade das suas fontes que, por sua vez, podem ser dissuadidas de falar com os meios de comunicação social. Também os obriga a adoptar protocolos de segurança onerosos e a utilizar tecnologia e equipamentos sofisticados e dispendiosos.

ãJornalistas do Projeto Pegasus — mais de 80 repórteres de dezessete organizações de mídia em onze países, coordenados pela Forbidden Stories com o apoio técnico do Laboratório de Segurança da Amnistia Internacional — publicaram em julho de 2021 informações sobre uma fuga sem precedentes de mais de 50.000 números de telefone selecionados para vigilância com Pegasus, um spyware vendido pela empresa israelense NSO Group. Os Estados-membros do Conselho da Europa – Azerbaijão, Hungria e Polónia<sup>150</sup> – foram mencionados na investigação como tendo utilizado esta tecnologia para espionar jornalistas.

<sup>150</sup> The Guardian, "Mais figuras da oposição polaca encontradas como alvo do spyware Pegasus", 17 de fevereiro de 2022, em: <https://www.theguardian.com/world/2022/feb/17/more-polish-position-figures-descoberto-que-foi-alvo-do-spyware-pegasus>.

ãA NSO alegou que examina rigorosamente os registos de direitos humanos dos seus clientes antes de lhes permitir utilizar as suas ferramentas de espionagem.<sup>151</sup> No entanto, estas revelações mostram como esta tecnologia tem sido sistematicamente utilizada para espionar jornalistas, defensores dos direitos humanos, académicos, advogados, diplomatas, políticos e vários chefes de estado.

ÿEm Setembro, a Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, fez uma declaração sobre as implicações das revelações do Pegasus numa audiência da Comissão dos Assuntos Jurídicos e dos Direitos Humanos da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Bachelet sublinhou a necessidade de os Estados respeitarem as normas internacionais de direitos humanos, que exigem que as medidas de vigilância se baseiem na lei e só possam ser justificadas em circunstâncias estritamente definidas na prossecução de um objectivo legítimo. A pirataria governamental na escala relatada nunca poderia atender a esses critérios, disse ela. E os Estados têm o dever não só de se absterem destes abusos, mas também de protegerem os indivíduos através de legislação robusta e de regimes institucionais como os descritos nos Princípios Orientadores das Nações Unidas para Empresas e Direitos Humanos.<sup>152</sup>

ÿAs revelações sobre o uso específico do spyware Pegasus contra jornalistas começaram já em 2017, quando um relatório<sup>153</sup> publicado pela Article 19 e outras organizações começou a soar o alarme depois que o Pegasus foi usado para espionar jornalistas mexicanos. O serviço de mensagens privadas WhatsApp também revelou em 2019 que mais de 1.400 usuários foram visados. A Apple, mais recentemente, também revelou que alguns de seus usuários estiveram sob vigilância através do spyware NSO.

ÿDe acordo com a investigação do Projecto Pegasus, jornalistas de vários Estados-membros do Conselho da Europa foram alvo de vigilância com o Pegasus, em particular jornalistas azerbaijanos, belgas, britânicos, franceses, húngaros e espanhóis. Alguns destes jornalistas foram provavelmente espionados por países fora do Conselho da Europa - em particular Marrocos, que alegadamente espionou jornalistas franceses e espanhóis, embora o Reino negue veementemente estas alegações, inclusive processando qualquer meio de comunicação que se atreva a formular tais acusações . Um jornalista belga especializado na Grande

---

<sup>151</sup> The Guardian, "Comissária da UE pede ação urgente contra o spyware Pegasus", 15 de setembro de 2021, em: <https://www.theguardian.com/news/2021/sep/15/eu-poised-to-apertar-privacy-leis-após-escândalo-de-spyware-pegasus>.

<sup>152</sup> Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, "Comité de Assuntos Jurídicos e Direitos Humanos, Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Audição sobre as implicações do spyware Pegasus", 14 de setembro de 2021, em: <https://www.ohchr.org/FR/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=27455&LangID=E>.

<sup>153</sup> Artigo 19, "México: as revelações de Pegasus provocam novos apelos à verdade", 20 de julho de 2021, em: <https://www.article19.org/resources/mexico-pegasus-revelations-prompt-fresh-calls-for-truth/>.

A região dos Lagos de África também foi informada pela inteligência militar belga de que o seu telefone tinha sido comprometido.

Os estados membros do Conselho da Europa reconheceram ter utilizado o spyware Pegasus. Entre eles está a Hungria, onde o consórcio de jornalistas<sup>154</sup> publicou detalhes de pelo menos cinco jornalistas que se pensa terem estado entre os alvos. A Alemanha também reconheceu que os seus serviços de inteligência federais usaram o spyware. Frank Überall, presidente da Associação de Jornalistas Alemães, perguntou “se os jornalistas foram espionados sem o seu conhecimento, se as suas fontes ainda estão seguras”. Mas não recebeu resposta.<sup>155</sup> É provável que o Azerbaijão também tenha utilizado o software Pegasus contra os seus próprios cidadãos, incluindo vários jornalistas. Em dezembro de 2021, 82 organizações internacionais publicaram uma carta conjunta instando a UE a tomar sanções específicas contra o Grupo NSO. Várias organizações e meios de comunicação social também iniciaram ações legais para garantir que estas alegadas intrusões serão seriamente investigadas e processadas.

As organizações da sociedade civil em todo o mundo apelaram a uma regulamentação internacional muito mais rigorosa relativamente à utilização e exportação de spyware. Em 25 de março, a UE adotou um regulamento sobre a exportação de tecnologia de vigilância de dupla utilização por empresas sediadas na UE. A legislação procurou prevenir danos aos direitos humanos, inclusive em países terceiros onde os jornalistas são alvo e sob vigilância devido ao seu trabalho. Alguns grupos da sociedade civil saudaram a introdução de algumas das medidas, mas também expressaram decepção pelo facto de o texto não ser mais ambicioso e não incluir condições mais claras e mais fortes para os Estados-Membros da UE e as empresas exportadoras implementarem as novas regras.

---

<sup>154</sup> Hungria hoje, “Governo de Orbán acusado de usar spyware 'Pegasus' contra oponentes políticos e jornalistas”, 19 de julho de 2021, em: <https://hungarytoday.hu/hungarian-journalists-pegasus-software-hungary/>.

<sup>155</sup> Deutsche Welle, “A polícia alemã comprou secretamente o spyware NSO Pegasus”, 7 de setembro de 2021, em: <https://www.dw.com/en/german-police-secretly-bought-nso-pegasus-spyware/a-59113197>.

## Kosovo\*

ÿKosovo\* não é membro do Conselho da Europa e, portanto, não é membro da Plataforma, mas a evolução da liberdade de imprensa nesse país merece atenção. Em 6 de dezembro de 2021, o parlamento votou e aprovou o novo conselho de administração da emissora pública Rádio Televisão do Kosovo. O processo de recrutamento e a composição foram elogiados nacional e internacionalmente. ECPMF, IPI e EFJ acolheram favoravelmente a seleção e chamaram-na de “ processo de seleção profissional e de princípios”. O conselho está atualmente revendo o trabalho da administração e abordando alegações de irregularidades financeiras e censura.

ÿDurante 2021, a Associação de Jornalistas do Kosovo\* registou 29 casos de ameaças e outras violações da liberdade dos meios de comunicação social na plataforma SafeJournalists.<sup>156</sup> Estes casos incluem ataques físicos, ameaças legais iniciadas por procuradores e campanhas difamatórias.

ÿA impunidade nos casos de jornalistas assassinados continua (ver caixa abaixo). Não houve progresso significativo nas investigações de jornalistas mortos entre 1998 e 2005.

ÿKosovo\* deve ser adicionado à Plataforma para permitir que os parceiros compilem e divulguem informações sobre preocupações sérias sobre a liberdade dos meios de comunicação social e a segurança dos jornalistas naquele país. Além disso, os casos do Sudeste da Europa, incluindo os casos de impunidade, exigem colaboração regional e, portanto, a participação do Kosovo\* ajudaria os países da região a unir forças na resolução de casos.

---

<sup>156</sup> Página Safejournalists.net, em: <https://safejournalists.net/sulmet-ndaj-gazetareve/?lang=ks>.

## **Impunidade pelos assassinatos e desaparecimentos de Jornalistas sérvios e albaneses 1998-2005**

Entre 1998 e 2005, registaram-se 20 assassinatos, raptos e desaparecimentos de jornalistas e actores da comunicação social sérvios, albaneses e estrangeiros. Em dezenove desses casos, ninguém foi responsabilizado. Eles incluem:

- Jornalista Ismail Bërbatovci, desaparecido em julho de 1998;
- Os jornalistas sérvios Ranko Perenić e Ćuro Slavuj desapareceram em Agosto de 1998 quando trabalhavam para a Rádio Pristina;
- O jornalista Nebojša Radošević e o fotógrafo Vladimir Dobrićević, sequestrados em Outubro de 1998;
- Jornalista Afrim Maliqi, assassinado em Dezembro de 1998;
- Jornalista e chefe do Centro de Informação do Kosovo\*, Enver Maloku, assassinado em Janeiro de 1999;
- Jornalista da RTP Haki Braha, morto em Março de 1999;
- Correspondente do diário sérvio Politika Ljubomir Knežević, desapareceu em maio 1999;
- Os severos jornalistas Gabriel Grüner, Volker Krämer e o tradutor Senol Alit, assassinados em junho de 1999;
- Jornalista Aleksandar Simović Sima, da Media Action International, assassinado em Agosto de 1999;
- Krist Gegaj, editor da RTV Pristina, assassinado em setembro de 1999;
- Fotojornalista Momir Stokuća, assassinado em setembro de 1999;
- Shefki Popova, jornalista de Rilindja, assassinado em Setembro de 2000;
- Jornalista Marjan Melonaši, desaparecido em Setembro de 2000;
- Xhemal Mustafa, jornalista do Bota Sot, assassinado em novembro de 2000;
- Bekim Kastrati, fotojornalista do Bota Sot, assassinado em outubro de 2001;
- Bardhyl Ajeti, jornalista e colunista do Bota Sot, assassinado em junho de 2005.

A acção decisiva dos Estados contra a impunidade dos crimes contra jornalistas e trabalhadores dos meios de comunicação social, incluindo os cometidos há muitos anos, é essencial para a administração da justiça e para uma maior protecção dos profissionais dos meios de comunicação social. Tendo isto em mente, os parceiros da Plataforma apoiam o apelo à criação de uma comissão internacional de peritos para investigar os assassinatos e desaparecimentos destes jornalistas e trabalhadores da comunicação social no Kosovo\*. Os parceiros apelam também aos organismos europeus e internacionais para que monitorizem e informem o público sobre as investigações sobre estes assassinatos e desaparecimentos.





## Violência

Em 12 de maio de 2021, os jornalistas Aliaksandr Burakou (Deutsche Welle) e Uladzimir Laptsevich (6tv.by) foram detidos em Mahiliou, enquanto cobriam processos criminais de ativistas da oposição. Ambos os jornalistas foram condenados a 20 dias de prisão por alegada "participação repetida num evento não autorizado no prazo de um ano", apenas com base no depoimento de um agente da polícia. Na prisão, como testemunharam em tribunal, dormiram "sobre tábuas nuas" durante 20 dias e foram acordados duas vezes por noite. Durante o dia, eles eram levados para o corredor, forçados a ficar nus e ficar perto da parede com as pernas afastadas. Os policiais bateriam nas pernas deles se não fossem esticados o suficiente.<sup>164</sup>

## Pesquisas e inspeções

As forças policiais realizaram dezenas de rusgas a casas de jornalistas bielorrussos e a escritórios de meios de comunicação social em 2021, sob uma série de razões: suspeita de armazenamento de produtos de informação ditos extremistas; como parte de processos criminais iniciados contra jornalistas; por alegados insultos online a representantes de órgãos estatais, bem como ao presidente; como parte de um processo criminal por organizar e preparar ações que violam gravemente a ordem pública, ou para apreender a tiragem completa de uma edição. Entre os meios de comunicação que enfrentaram este tipo de pressão estavam Novy Chas, Virtualny Brest47, Hrodna.life, Newgrodno.by, BelaPAN, Hantsavitski Chas, Hazeta Slonimskaya, KYKY.org, Narodnaya Volia e a Associação Bielorrussa de Jornalistas.<sup>165</sup>

## Dissolução da Associação Bielorrussa de Jornalistas

Em 27 de agosto de 2021, o Supremo Tribunal da Bielorrússia decidiu liquidar a Associação Bielorrussa de Jornalistas (BAJ), uma organização de comunicação social independente de cerca de 1.500 trabalhadores da comunicação social que trabalha desde 1995. O Ministério da Justiça acusou a ONG de "violações repetidas da lei". As cartas do Ministério da Justiça de 9 e 16 de junho solicitavam à BAJ que fornecesse milhares de documentos a partir de 1 de janeiro de 2018 – documentos que não conseguiu apresentar em consequência dos confiscos e encerramentos das suas instalações. As autoridades também alegaram que duas das suas sucursais locais não tinham endereços legais – uma alegação que a BAJ negou.<sup>166</sup>

---

<sup>164</sup> Repórteres Sem Fronteiras, "Jornalistas bielorrussos relatam ter sido torturados na prisão", 19 de maio de 2021.  
<sup>165</sup> Deutsche Welle, "Bielorrússia: Polícia invade casas de jornalistas, ativistas", 16 de fevereiro de 2021, em: <https://www.dw.com/en/belarus-police-raid-homes-of-journalists-activists/a-56587485>.

<sup>166</sup> Repórteres Sem Fronteiras, "Apoiar a resistência dos jornalistas após a dissolução da BAJ na Bielorrússia", 1 de setembro de 2021, ; "RSF amicus brief pede ao Supremo Tribunal da Bielorrússia que rejeite a liquidação da Associação de Jornalistas da Bielorrússia (BAJ)", 10 de agosto de 2021.

## Crescentes acusações de extremismo

Desde agosto de 2021, treze meios de comunicação<sup>167</sup> foram rotulados como "extremistas". Os seus jornalistas, bem como os seus assinantes, correm o risco de serem processados criminalmente e de serem condenados a até sete anos de prisão, mesmo retroativamente.<sup>168</sup>

Outras mudanças ocorreram no quadro regulamentar que restringiram o trabalho dos meios de comunicação independentes. Em Maio de 2021, as autoridades bielorrussas adoptaram uma série de leis destinadas a criar obstáculos ao seu trabalho, que legitimam a repressão, incluindo a Lei n.º 110-Z "sobre alterações às leis sobre questões de comunicação social".

## Propaganda

A emissora pública bielorrussa BTRC (National State Teleradiocompany da República da Bielorrússia), que foi suspensa em Maio passado da União Europeia de Radiodifusão (EBU) devido à transmissão de entrevistas aparentemente obtidas sob coacção e outras preocupações sérias,<sup>169</sup> continua a ser uma máquina de propaganda ao serviço do regime.

No momento da redacção deste relatório, 25 jornalistas e 9 outros trabalhadores da comunicação social foram detidos arbitrariamente na Bielorrússia.<sup>170</sup>

---

<sup>167</sup> O site de notícias mais popular TUT-BY (agora chamado Zerkalo), o canal de notícias esportivas Tribuna.com, a agência de notícias Belapan, os meios de comunicação no exílio Belsat e Euroradio, o serviço bielorrusso da Radio Free Europe/Radio Liberty Radio Svoboda, meios de comunicação regionais como Hrodna.life, Barysukiya Naviny, Ex-Press.by e Brestskaya Gazeta, os canais Telegram da revista de estilo de vida Kyky e do meio de comunicação online Beloruskiy Partizan.

<sup>168</sup> Repórter Sem Fronteiras, "Seis meses após a prisão de Raman Pratasevich, acusação de "extremismo" cada vez mais utilizado contra os meios de comunicação social bielorrussos", 23 de novembro de 2021.

<sup>169</sup> União Europeia de Radiodifusão, "O Conselho Executivo da EBU concorda com a suspensão do membro da Bielorrússia BTRC", 28 de maio de 2021, em: <https://bit.ly/3Jg9vWo>.

<sup>170</sup> Repórteres Sem Fronteiras, Barómetro de violações da liberdade de imprensa, em: <https://rsf.org/en/barometer>.

| <b>Jornalistas e atores da mídia detidos na Bielorrússia</b>   |  |
|--|--|
| <p><b>Katsiaryna Andreyeva</b> (Belsat),<br/> <b>Daria Chultsova</b> (Belsat),<br/> <b>Ksenia Lutskina</b> (ex-jornalista da Bielorrússia 2),<br/> <b>Andrei Alexandrov</b> (jornalista e gerente de mídia), <b>Denis</b><br/> <b>Ivashin</b> (jornalista do jornal semanal Novy Chas), <b>Yasep Palubiatka</b> (correspondente da Gazeta Slonimskaya em Masty), <b>Sergei</b></p> <p><b>Gordievich</b> (correspondente da região de Peryj Drogichinsky), <b>Andrzej</b><br/> <b>Poczobut</b> (TVP Polonia), <b>Maryna</b><br/> <b>Zolatava</b> ( Editor-chefe do TUT.BY),<br/> <b>Volha Loika</b> (TUT.BY),<br/> <b>Alena Talkachova</b> (TUT.BY),<br/> <b>Valeria Kastougova</b> (editora-chefe da Bielorrússia Shtogonika), <b>Yahor</b><br/> <b>Martsinovich</b> (editora-chefe da Nasha Niva), <b>Aliaksandr</b><br/> <b>Ivulin</b> (Tribuna),<br/> <b>Iryna Lewshyna</b> (editora-chefe e diretora do BelaPAN),<br/> <b>Gennady Mozheiko</b> (Komsomolskaya Pravda na Bielorrússia),</p> | <p><b>Dzmitry Navazhylau</b> (ex-diretor do BelaPAN),<br/> <b>Aliaksandr Daineka</b> (vice-diretor do TUT.BY), <b>Andrei</b><br/> <b>Skurko</b> (Nasha Niva),<br/> <b>Iryna Slaunikava</b> (Belsat),<br/> <b>Andrey Kuznechyk</b> (ex-RFE/RL),<br/> <b>Siarhei Satsuk</b> (editor-chefe da Ezhednevnik),<br/> <b>Aleh Hruzdilovich</b> (RFE/RL),<br/> <b>Eduard Palchys</b> (1863x.Com),<br/> <b>Ihar Losik</b> (RFE/RL, canal RB Golovnoho Mozga Telegram),<br/> <b>Raman Pratasevich</b> (canal RB Golovnoho Mozga Telegram, em prisão domiciliar) e <b>Iryna Kastsiuchenka</b> (ex-advogada da TUT.BY), <b>Katsiaryna</b></p> <p><b>Tkatchenka</b> (advogado da TUT.BY), <b>Andrei</b><br/> <b>Audzeyau</b> (gerente da TUT.BY), <b>Maria</b><br/> <b>Novik</b> (contadora da TUT.BY),<br/> <b>Darya Danilava</b> (diretora da Rocketdata e Tam.by), <b>Ala</b><br/> <b>Lapatka</b> (engenheiro-chefe da TUT.BY),<br/> <b>Iryna Rybalka</b> (vice-diretora do TUT.BY),<br/> <b>Anzhela Asad</b> (contadora do TUT.BY),<br/> <b>Liudmila Chekina</b> (diretora geral do TUT.BY).</p> |

# Seções institucionais

---

## Conselho Europeu

Em junho de 2021, a tão esperada conferência do Conselho da Europa dos ministros responsáveis pelos meios de comunicação social trouxe compromissos públicos por parte dos Estados-Membros para tomar medidas para reverter o que o Secretário-Geral chamou de “retrocesso significativo” na proteção da liberdade de expressão e de outros direitos fundamentais. Ela lamentou o facto de mais de 300 decisões do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos contra Estados por violações do Artigo 10 da Convenção Europeia, incluindo a prisão injusta de jornalistas, não terem sido implementadas.<sup>171</sup>

Os Ministros adoptaram resoluções políticas, incluindo sobre a segurança dos jornalistas, e uma Declaração Final.<sup>172</sup> Aprovaram um plano para estabelecer um quadro jurídico para protecção contra ameaças legais abusivas ou vexatórias; e desenvolver políticas e mecanismos contra a desinformação, a manipulação política dos meios de comunicação social e os impactos prejudiciais na liberdade dos meios de comunicação social relacionados com a convergência digital e a inteligência artificial.<sup>173</sup> Na conferência, os parceiros da Plataforma apelaram à liderança política e a um “diálogo franco e orientado para a acção”. entre eles e o Comité de Ministros para inverter o retrocesso registado na Europa em matéria de liberdade de imprensa. Solicitaram aos Estados-Membros que utilizassem as conclusões da Plataforma como ponto de referência para definir os objectivos de maior prioridade nos esforços para remover ameaças e barreiras graves à liberdade dos meios de comunicação social. Os oradores apresentaram um “plano de acção eficaz para a segurança dos meios de comunicação social e dos jornalistas” com base nas dez principais recomendações estabelecidas no Relatório – com especial ênfase na melhoria da protecção dos jornalistas em eventos públicos e protestos, acabando com a criminalização do jornalismo através de medidas repressivas. leis rigorosas e fazendo tudo o que for necessário para impedir a crescente enxurrada de ações legais abusivas dirigidas a jornalistas investigativos.

Em 2021, o grupo Amigos da Liberdade dos Meios de Comunicação Social em Estrasburgo cresceu para incluir uma dúzia de Representantes Permanentes dos Estados-Membros. Em Dezembro, o Conselho

---

<sup>171</sup> Conselho da Europa, Relatório do Secretário-Geral, “Estado da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito”, maio de 2021, em: <https://www.coe.int/en/web/secretary-general/report-2021>.

<sup>172</sup> Conselho da Europa, página web dos Documentos da Conferência, em: <https://www.coe.int/en/web/freedom-expression/media2021nicosia-conference-documents>.

<sup>173</sup> Conselho da Europa, “Foreign Affairs Ministers set the Council of Europe’s course for the next four years”, 21 de maio de 2021, em: <https://www.coe.int/en/web/portal/-/foreign-affairs- os ministros definem o rumo do Conselho da Europa para os próximos quatro anos>.

da Europa anunciou que iria revelar detalhes de uma campanha dedicada de defesa e envolvimento com autoridades estatais, organizações de jornalistas e outros em toda a Europa, a fim de aumentar a sensibilização e promover ações eficazes que fortaleçam as proteções ao jornalismo e eliminem as causas subjacentes da impunidade judicial.<sup>174</sup>

Em linha com o compromisso que assumiu após a sua eleição em 2019, a Secretária-Geral preparou uma série de relatórios temáticos aprofundados sobre temas relacionados com a liberdade e segurança dos meios de comunicação social. Abordaram as restrições relacionadas com a Covid-19 ao trabalho dos jornalistas,<sup>175</sup> a segurança dos jornalistas<sup>176</sup> e – em Novembro de 2021 – um relatório sobre três fontes de especial preocupação, nomeadamente a segurança dos trabalhadores dos meios de comunicação social que reportam sobre protestos públicos; proibições de transmissão e Internet; e ações judiciais abusivas ou vexatórias.<sup>177</sup>

Estas investigações detalhadas e documentos políticos forneceram a base para um diálogo centrado em questões de grande preocupação relacionadas com a liberdade de expressão que o Secretário-Geral agendou com o Comité de Ministros.

Representantes das organizações parceiras da Plataforma também foram convidados a participar em reuniões com o Comité de Ministros para discussões sobre questões de interesse.

## União Europeia

A Comissão Europeia continuou a implementar os seus compromissos eleitorais de 2019 para implementar medidas para melhor defender a liberdade de imprensa nos Estados-Membros da UE. Muitas destas reformas ainda estavam em elaboração; alguns enquadraram-se no conjunto mais amplo de compromissos estabelecidos no Plano de Acção para a Democracia Europeia de Dezembro de 2020.<sup>178</sup> Todos exigirão o envolvimento dos Estados-Membros em termos de implementação e para garantir que tenham um impacto positivo nas vidas e no trabalho dos jornalistas em todo o bloco.

---

<sup>174</sup> Conselho da Europa, Comité Diretor do CDMSI sobre Media e Sociedade da Informação, em: <https://www.coe.int/en/web/freedom-expression/cdmsi>.

<sup>175</sup> Conselho da Europa, "Respeitar a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos no quadro da crise sanitária da COVID-19", 7 de abril de 2020, em: <https://bit.ly/37ApMHI>.

<sup>176</sup> Conselho da Europa, "Segurança dos jornalistas", 4 de fevereiro de 2021, em: <https://rm.coe.int/safety-of-journalists/1680a15116>.

<sup>177</sup> Conselho da Europa, "Tendências atuais nas ameaças à liberdade de expressão: interferência na cobertura de eventos públicos, proibições de transmissão e ações judiciais estratégicas", 22 de novembro de 2021, em: <https://rm.coe.int/native/0900001680a4a958>.

<sup>178</sup> Comissão Europeia, "Plano de Ação para a Democracia Europeia: tornar as democracias da UE mais fortes", 3 de dezembro de 2020, em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip\\_20\\_2250](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_20_2250).

O Mecanismo do Estado de Direito,<sup>179</sup> a ferramenta da Comissão Europeia para avaliar, entre outras coisas, a defesa da liberdade e do pluralismo dos meios de comunicação social pelos Estados-Membros, entrou no seu segundo ano. Considerando que os grupos de defesa da liberdade de imprensa e as organizações de jornalistas continuaram a contribuir para o relatório anual do mecanismo - capítulos por país sobre cada Estado-Membro - foram envidados esforços concertados pela sociedade civil para apelar à Comissão para melhorar e reformar o sistema para que funcione eficazmente para os jornalistas e defensores da liberdade de imprensa. A Comissão respondeu durante o período do relatório que os meios de comunicação de serviço público - anteriormente excluídos dos relatórios - seriam incluídos no relatório de 2022. A Comissão confirmou também que os relatórios por país incluiriam recomendações que permitiriam aos grupos de liberdade de imprensa e de jornalistas sugerir parâmetros de referência mais claros sobre as medidas que as autoridades nacionais teriam de tomar para melhorar o contexto da liberdade de imprensa no respetivo Estado-Membro.

A Comissão Europeia continuou a levar a cabo o seu planeamento para adotar medidas anti-SLAPP, previstas para 2022. Ao longo do ano, um grupo de peritos em SLAPPs, composto por juristas, académicos e sociedade civil, continuou a avaliar as medidas políticas ou legislativas que a União Europeia Comissão poderia implementar para fazer face à prevalência destas ações judiciais vexatórias. Além disso, em 4 de outubro, a Comissão abriu uma consulta pública<sup>180</sup> para indivíduos ou grupos afetados pelas SLAPP, a fim de fornecerem provas sobre o problema e apresentarem possíveis soluções políticas. As declarações da Comissão Europeia sinalizaram que irá considerar alterar a legislação da UE existente sobre regimes jurisdicionais e conflitos de leis, nomeadamente Bruxelas I<sup>181</sup> e Roma II,<sup>182</sup> para pôr fim ao abuso de casos SLAPP transfronteiriços (transnacionais). A sociedade civil continuou a pressionar para que a Comissão Europeia considerasse uma Diretiva anti-SLAPP para harmonizar a legislação dos Estados-Membros sobre como lidar com os SLAPPs.

Em 16 de setembro, a Comissão Europeia apresentou a sua recomendação sobre como garantir a proteção, segurança e capacitação de jornalistas e outros

---

<sup>179</sup> Comissão Europeia, página Web do mecanismo do Estado de direito, em: <https://ec.europa.eu/info/policies/justica-e-direitos-fundamentais/defender-o-estado-do-direito/estado-direito/mecanismo-do-estado-lei/>.

<sup>180</sup> Comissão Europeia, "Ação da UE contra litígios abusivos (SLAPP) direcionados a jornalistas e defensores de direitos", em: [https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/13192-Acao-da-UE-contraliti-gios-abusivos-SLAPP-direcionados-a-jornalistas-e-defensores-de-direitos/consulta-publica\\_en](https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/13192-Acao-da-UE-contraliti-gios-abusivos-SLAPP-direcionados-a-jornalistas-e-defensores-de-direitos/consulta-publica_en).

<sup>181</sup> Parlamento Europeu e Conselho, "Regulamento (Eu) n.º 1215/2012 relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial", 12 de dezembro de 2012, em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=celex%3A32012R1215>.

<sup>182</sup> Parlamento Europeu e Conselho, "Regulamento (CE) n.º 864/2007 sobre a lei aplicável às obrigações extracontratuais (Roma II), 11 de julho de 2007, em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TODOS/?uri=CELEX%3A32007R0864>.

profissionais da comunicação social na União Europeia.183 Apresentou uma série de propostas aos Estados-Membros, incluindo a garantia de investigação e repressão eficazes de actos criminosos contra jornalistas; melhorar a protecção dos jornalistas em protestos ou manifestações; formação para jornalistas e órgãos responsáveis pela aplicação da lei; reforçar a segurança online dos jornalistas e capacitar as mulheres, jornalistas pertencentes a minorias e aqueles que trabalham em questões de igualdade. O texto apelava aos Estados-Membros para que reportassem à Comissão, dezoito meses após a adopção, todas as informações relevantes sobre as medidas e acções que tomaram no âmbito da recomendação. Por se tratar de um texto não vinculativo, a comunidade da liberdade de imprensa pressionou a Comissão Europeia sobre a forma como procura dar impulso aos Estados-Membros para promulgarem reformas. No momento em que este artigo foi escrito, a Comissão Europeia estava a considerar uma estratégia de implementação e um estudo com indicadores-chave para monitorizar os esforços dos Estados-Membros a nível nacional.

Não ficou claro como o Conselho da Europa trabalharia com a Comissão Europeia para coordenar os seus próprios esforços para implementar a Recomendação CM/Rec(2016)4 do Conselho da Europa sobre a protecção do jornalismo e a segurança dos jornalistas e outros intervenientes nos meios de comunicação social, que também inclui uma ampla gama de medidas de protecção preventiva e medidas para melhorar a responsabilização do Estado.

ÿNo final do ano, as negociações interinstitucionais sobre a Lei dos Serviços Digitais e a Lei dos Mercados Digitais, que apresentam propostas para a regulação dos serviços digitais e dos mercados digitais, estavam programadas para serem concluídas até 2022. A Lei dos Serviços Digitais, um regulamento e, portanto, um ato legislativo vinculativo para todos os estados membros da UE, deverá incluir responsabilidades de conformidade mais direcionadas e restritivas para as grandes tecnologias. A Lei dos Mercados Digitais (também um regulamento) deve abordar o poderoso papel das grandes tecnologias como porta de entrada entre consumidores e empresas. Os defensores da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão continuaram a pressionar as instituições da UE para garantirem que a Lei dos Serviços Digitais garante a liberdade de expressão online, respeita a comunicação privada dos utilizadores e que as políticas de remoção de conteúdos contêm prazos adequados para limitar a remoção excessiva de conteúdos online legítimos - bem como garantias vinculativas em matéria de direitos humanos nos termos e condições das empresas, em conformidade com a Carta dos Direitos Fundamentais da UE.

ÿEm 19 de Abril, o Comissário para o Mercado Interno, Thierry Breton, anunciou<sup>184</sup> a futura elaboração de uma Lei Europeia sobre a Liberdade dos Meios de Comunicação Social (EMFA).<sup>185</sup>

---

183 Comissão Europeia, "Recomendação sobre a protecção, segurança e capacitação de jornalistas", 16 de setembro de 2021, em: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/library/recommendation-protection-safety-and-empowerment-journalists>.

184 Comissão Europeia, "For a European Media Freedom Act", 19 de abril de 2021, em: [https://ec.europa.eu/comissao/comissarios/2019-2024/breton/announcements/european-media-freedom-act\\_en](https://ec.europa.eu/comissao/comissarios/2019-2024/breton/announcements/european-media-freedom-act_en).

185 Parlamento Europeu, Programa Legislativo dos Comboios, "Lei Europeia da Liberdade dos Meios de Comunicação Social", em: <https://www.europarl.europa.eu/legislative-train/theme-a-new-push-for-european-democracy/arquivo-european-media-freedom-act>.

O Comissário afirmou que a Comissão precisava de agir sobre a falta de transparência da propriedade dos meios de comunicação social e a falta de independência dos reguladores dos meios de comunicação social, nomeadamente abordando a resiliência dos pequenos intervenientes nos meios de comunicação social, os seus modelos de financiamento e reforçando a governação dos meios de comunicação públicos. A Comissão Europeia continuou a refletir ao longo do ano sobre o conteúdo do EMFA; as primeiras indicações sugerem que o texto procurará limitar a interferência política nos meios de comunicação social, recorrendo à legislação do mercado interno para apresentar medidas destinadas a impedir a captura dos meios de comunicação social, a aumentar a transparência na propriedade dos meios de comunicação social e a reforçar a independência dos reguladores (com base, em parte, na Lei do Audiovisual). Diretiva Serviços de Comunicação Social).<sup>186</sup> No seu discurso sobre o Estado da União<sup>187</sup>, a Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, confirmou que a legislação estava prevista para o outono de 2022, ao mesmo tempo que afirmou que "a informação é um bem público". As consultas públicas a serem lançadas pela Comissão estavam pendentes no momento da redação deste relatório.

Continuaram as negociações<sup>188</sup> sobre a proposta de Regulamento sobre Ordens Europeias de Entrega e Conservação (Regulamento sobre Provas Eletrónicas), que poderia permitir que empresas de Internet que alojam informações sensíveis sobre jornalistas e as suas fontes, decidissem se as entregariam ou não a uma autoridade estrangeira. Os defensores da liberdade de imprensa continuaram a manifestar preocupação com a falta de salvaguardas que permitiriam aos procuradores aceder aos dados detidos por fornecedores de serviços de Internet noutro Estado-Membro da UE sem supervisão judicial no país alvo.

---

<sup>186</sup> Diretiva (UE) 2018/1808 do Parlamento Europeu e do Conselho, 14 de novembro de 2018.

<sup>187</sup> Comissão Europeia, "2021 State of the Union Address by President von der Leyen", 15 de setembro de 2021, em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH\\_21\\_4701](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_21_4701).

<sup>188</sup> Parlamento Europeu, Programa Legislativo do Comboio, "Ordens Europeias de Produção e Preservação de Provas Eletrónicas em Matéria Penal", em: <https://www.europarl.europa.eu/legislative-train/theme-area-of-justice-and-fundamental-rights/file-jd-cross-border-access-to-e-evidence-production-and-preservation-orders>.

Acesse o site da Plataforma:

<https://fom.coe.int>

Esta publicação apresenta a avaliação anual das ameaças à liberdade dos meios de comunicação social nos estados membros do Conselho da Europa em 2021, realizada pelas organizações parceiras da Plataforma para a Segurança dos Jornalistas.

A Plataforma foi criada pelo Conselho da Europa em 2015, em cooperação com ONG internacionais proeminentes ativas no domínio da liberdade de expressão e associações de jornalistas, para facilitar a recolha e divulgação de informações sobre ameaças graves à liberdade dos meios de comunicação social e segurança dos jornalistas nos estados membros do Conselho da Europa. A Plataforma permite que o Conselho da Europa seja alertado de forma atempada e sistemática para estas ameaças e tome medidas coordenadas e rápidas quando necessário.

O seu objetivo é melhorar a proteção dos jornalistas, enfrentar melhor as ameaças e a violência contra os profissionais da comunicação social e aumentar a capacidade de resposta no Conselho da Europa.

O Conselho da Europa é a principal organização de direitos humanos do continente. É composto por 46 estados membros, incluindo todos os membros da União Europeia. Todos os estados membros do Conselho da Europa assinaram a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, um tratado concebido para proteger os direitos humanos, a democracia e o Estado de direito. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos supervisiona a implementação da Convenção nos estados membros.

[www.coe.int](http://www.coe.int)

**safety of  
journalists  
platform**



COUNCIL OF EUROPE



CONSEIL DE L'EUROPE